Estratégia Concursos

Aula 00

Atualidades p/ Prefeitura de Santo André-SP (Guarda Municipal) Com Videoaulas - Pós-Edital

Autor:
Leandro Signori

23 de Janeiro de 2020

Sumário

Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais e internacionais 3

1 – Blocos econômicos 3

1.1 União Europeia 3

1.2 MERCOSUL 7

1.3 USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá) 8

2 – O protecionismo dos Estados Unidos, da China e a "guerra comercial" 9

2.1 A batalha da 5G 10

3 – China 11

3.1 A questão de Hong Kong 13

4 – América Latina 14

Argentina 14

Uruguai 15

Bolívia 15

Chile 16

Equador 16

Peru 17

5 – Venezuela 17

Questões Comentadas 20

Lista de Questões 42

Gabarito 53

Resumo 54

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na nossa disciplina no seu concurso público.

Sou o **Professor Leandro Signor**i, ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on line* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e do Distrito Federal, Geografia e Conhecimentos Específicos.

Convido-os a me seguirem nas minhas redes sociais: **Telegram**: **https://t.me/profleandrosignori**, **Instagram**: **profleandrosignori** e **YouTube**: Leandro Signori.

Este curso está de acordo com os conteúdos cobrados no edital do concurso público. Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho na disciplina que estamos ministrando.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

(Filipenses 4:13)

QUESTÕES RELACIONADAS A FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E INTERNACIONAIS

1 – Blocos econômicos

A globalização incentivou e ampliou largamente a formação de blocos econômicos, que são organizações criadas por países para promover a integração econômica; o crescimento econômico e a competitividade internacional dos países-membros.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou em reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- **União aduaneira** – É uma área de livre comércio, na qual, além de abrir o mercado interno, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- **Mercado comum** – É uma união aduaneira na qual, além de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores também podem circular livremente.

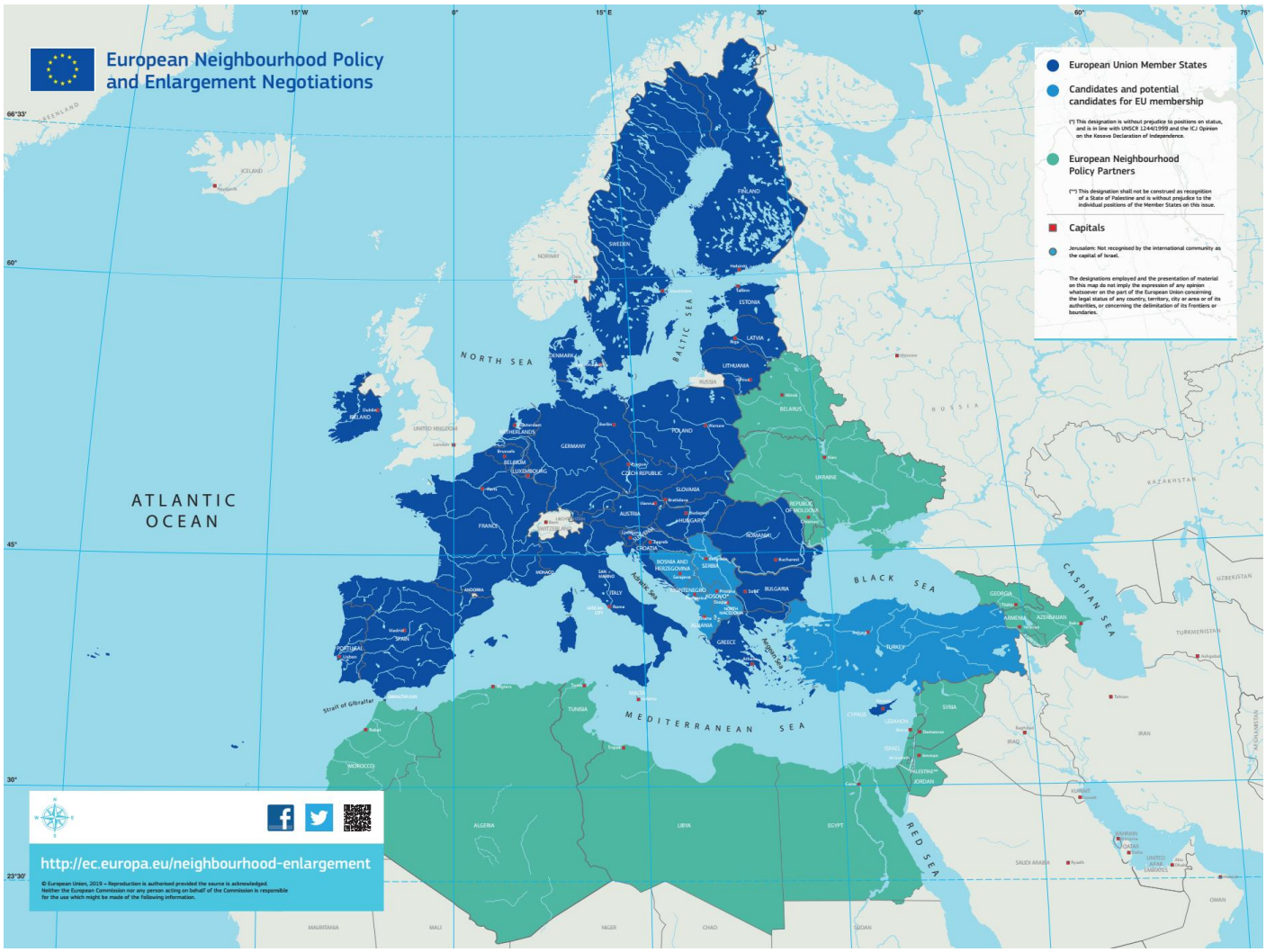
- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além do livre-comércio, da tarifa externa comum e da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento.

Vejamos os principais blocos econômicos regionais, ou melhor, aqueles que caem nas provas.

1.1 União Europeia

A União Europeia (UE) representa o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos no contexto da globalização. Constitui-se em uma união econômica e monetária, com 27 países-membros (Estados-partes): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.

No mapa a seguir, podem ser visualizados os países que fazem parte do bloco econômico, estão em azul (European Union Member States):



As origens da União Europeia remontam à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, por Alemanha Ocidental (na época, a atual Alemanha estava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental), França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1957, esses países criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão por meio da adesão de novos Estados-membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência por meio da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, que entrou em vigor em 1993, instituiu a denominação atual de União Europeia.

O **Euro**, moeda única do bloco, não é adotada por todos os países. Adotam o Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal e República da Irlanda.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**. Os controles de passaporte foram abolidos e os cidadãos dos países do bloco podem entrar e sair livremente em todos os países para passeio, fixar residência e trabalhar. Contudo, há algumas restrições a esses direitos e, em casos excepcionais, pode ser retomado o controle das fronteiras pelos países, como os relativos à segurança e crises sanitárias. Exemplo foi a pandemia de Covid-19, onde os países fecharam as suas fronteiras temporariamente.

Há também o **Espaço Schengen**, formado por 26 países, onde também vigora a **livre circulação de pessoas**. A diferença é que fazem parte dessa zona quatro países que não são membros da União Europeia e cinco

países-membros do bloco econômico não participam dela. No Espaço Schengen foram abolidos os controles de passaporte. Os cidadãos de Schengen podem viajar livremente sem ter que se submeterem a controles nas fronteiras.

O fim dos controles das fronteiras internas da União Europeia e de Schengen foi acompanhado por um reforço das fronteiras externas: os Estados-membros que se localizam na linha de frente têm a responsabilidade de realizar rigorosos controles em suas fronteiras e fornecer, dependendo do caso, vistos de curta permanência.



Países que integram o Espaço Schengen

Estados-membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suécia.

Estados não membros da União Europeia: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Estados da União Europeia que não integram o Espaço Schengen: Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, com resistências a várias das políticas comuns do bloco. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

O Brexit

O **Reino Unido** é um país formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Em junho de 2016, por meio de um **plebiscito**, os britânicos decidiram **sair** da União Europeia, no que é denominado **"Brexit"**. É uma abreviação das palavras "British" (britânico, em inglês) e "exit" (saída, em inglês). Na consulta, 52% dos eleitores votaram por sair, 48% por permanecer.

Os defensores da saída alegaram que o crescimento da União Europeia diminuiu a importância e a soberania britânica. O país tinha que seguir regulações nas áreas de economia, política, migrações, entre outras, decididas pelo bloco econômico. O Reino Unido também enviaria mais dinheiro para a União Europeia do que recebe de volta em investimentos. Saindo, sobraria mais dinheiro para ser investido no país.

A questão da migração de cidadãos europeus ao Reino Unido foi um dos temas polêmicos. Três milhões de migrantes de países do bloco do leste europeu residem e trabalham no país. O argumento utilizado pelos defensores da saída é de que esses migrantes tiram o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais.

Os defensores da permanência argumentaram que sair do bloco vai trazer prejuízos econômicos, como a exigência de novas taxas, regulações e acordos comerciais. Exemplo: O Reino Unido terá que fazer acordos comerciais com países ou blocos econômicos separadamente, inclusive com a União Europeia.

A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. **Thereza May** assumiu como primeira-ministra.

O artigo 50 do Tratado de Lisboa, um dos tratados constitutivos da União Europeia, regulamenta o processo de saída de um país do bloco econômico. O país que quer sair do bloco tem que notificá-lo formalmente. A partir daí, iniciam-se negociações sobre os termos da saída, que podem durar até dois anos.

O Reino Unido fez a notificação em 29 de março de 2017. A saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu, devido a três rejeições pelo parlamento britânico, do acordo de saída negociado entre o Reino Unido e a União Europeia. O prazo para a saída foi adiado inicialmente para 22 de maio e depois para 31 de outubro de 2019.

Em função do fracasso na aprovação do acordo pelos parlamentares, Thereza May deixou o cargo de primeira-ministra. No seu lugar, assumiu, em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres.

Boris Johnson negociou com a União Europeia um ajuste no acordo de saída e o submeteu à aprovação do parlamento britânico, que não o aprovou. Com isso, o bloco europeu concedeu um novo prazo para a saída do Reino Unido, até **31 de janeiro de 2020**.

O impasse do Brexit no parlamento fez com que o primeiro-ministro tentasse três vezes sem sucesso convocar eleições parlamentares antecipadas. A oposição resistiu à ideia até que o parlamento aprovou uma lei que impediu a retirada do país da UE sem um acordo. Em 29 de outubro de 2019, a Câmara dos Comuns aprovou a realização de eleições gerais em 12 de dezembro de 2019. O **Partido Conservador**, do premiê Boris Johnson, foi o **grande vencedor das eleições** conquistando 365 assentos de um total de 650 no Parlamento e avançando sobre tradicionais redutos do Partido Trabalhista.

Após a vitória eleitoral do Partido Conservador, o acordo do Brexit foi finalmente aprovado pelo parlamento britânico e **o Reino Unido saiu da União Europeia, COM ACORDO, em 31 de janeiro de 2020**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país-membro sai do bloco econômico.

O Reino Unido deixou de fazer parte das instituições políticas europeias, como o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, não tendo mais direito a voto. No entanto, durante o período de transição, continua contribuindo para o orçamento da União Europeia, precisa continuar seguindo suas regras e está sujeito às determinações da Corte Europeia de Justiça em caso de disputas legais.

Principais pontos do acordo do Brexit:

- Período de transição: Até **31 de dezembro de 2020**, quando as duas partes vão negociar vários pontos sobre o futuro das suas relações. Durante este período, o Reino Unido continuará seguindo as regras do livre comércio e da união aduaneira da União Europeia.

- Fatura de saída do Reino Unido: O país terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro ao orçamento do bloco econômico, previamente assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após a saída britânica do bloco europeu.

- Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

- Fronteira entre a Irlanda e a britânica Irlanda do Norte: A fronteira entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte é a única ligação terrestre entre a União Europeia e o Reino Unido, que, com a sua saída do bloco, implicaria a retomada do controle de fronteiras entre os países. Há um temor de que esse controle de fronteira na ilha da Irlanda possa reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte, que gerou décadas de conflitos terroristas no passado. Na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira. No caso das mercadorias, a livre circulação será apenas para os produtos que tenham como destino o consumo no território no território das duas Irlandas. Este tópico foi o principal ponto de divergência no parlamento britânico e que emperrou a aprovação do acordo do Brexit pelos parlamentares durante a gestão de Theresa May.

1.2 MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi fundado em 1991 pela Argentina, o **Brasil**, o **Paraguai** e o **Uruguai**, que são seus Estados-Partes (membros efetivos ou plenos). A **Venezuela** (Estado-Parte) ingressou no bloco em 2012, estando atualmente suspensa. A primeira suspensão foi em dezembro de 2016, por não ter adequado no prazo concedido, de quatro anos, legislação e normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. A segunda suspensão foi em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente no país.

Estados-Partes são os que participam dos acordos e tratados do Mercosul e possuem uma maior integração comercial. Possuem direito de voto, são os países que têm poder de decisão sobre os assuntos do bloco econômico.

O MERCOSUL conta, ainda, com **Estados Associados** (membros associados) e **Estados Observadores** (membros observadores). Os Estados Associados são a **Bolívia**, o **Chile**, o **Equador**, o **Peru**, a **Colômbia**, a **Guiana** e **Suriname**. A **Bolívia** é um Estado Associado em processo de adesão ao bloco como Estado-Parte. México e Nova Zelândia são Estados Observadores.

Os membros associados fazem parte da área de livre comércio, mas não adotam a Tarifa Externa Comum (TEC). Portanto, não participam integralmente do bloco, aderem, apenas, a alguns acordos comerciais e não possuem poder de voto nas decisões do Mercosul. Podem participar na qualidade de convidado nas reuniões

de organismos do bloco e podem assinar acordos sobre matérias comuns. Um membro observador é aquele que apenas participa das reuniões do bloco, no sentido de melhor acompanhar o andamento das discussões, mas sem poder de participação ou voto.

Acordos Comerciais

Em 28 junho de 2019, o **MERCOSUL** e **União Europeia** assinaram um acordo comercial, após 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos. O acordo será uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Porém, para entrar em vigor, deve ser aprovado no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais de todos os países dos dois blocos econômicos e ser ratificado pelos poderes executivos. Após as aprovações e ratificações, a redução de tarifas entre os blocos entra em vigor, mas de forma gradativa, ao longo de dez anos.

A expectativa é de que o acordo promova uma retomada no fôlego das relações comerciais entre Brasil e União Europeia. Ao longo dos últimos anos, os europeus têm perdido espaço nas exportações brasileiras. Hoje, a UE representa menos de 20% dos destinos dos produtos brasileiros. Nos anos 1990, representou quase um terço.

O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, atrás da China. O Mercosul vende, principalmente, produtos agropecuários para a UE. Já os europeus exportam principalmente produtos industriais, como autopeças, veículos e farmacêuticos.

Para além dos aspectos estritamente comerciais, os dois blocos assinaram uma declaração relativa ao comércio e ao desenvolvimento sustentável, reiterando compromissos com os acordos multilaterais ambientais, incluindo a implantação do **Acordo do Clima de Paris,** e com o respeito aos direitos trabalhistas e proteção dos direitos das populações indígenas.

O **Mercosul** também assinou um acordo comercial com a **EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio**, formada por Noruega, Suíça, Liechtenstein e Islândia, em agosto de 2019. Ainda não há data para o tratado começar a vigorar. Antes disso, ele precisa ser ratificado pelos oito países envolvidos.

1.3 USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)

O **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)** ou **T-MEC (Tratado México- Estados Unidos-Canadá)** entrou em vigência em 01/07/2020 em substituição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que estava em vigência desde 01/01/1994.

Na sua campanha eleitoral, o então candidato a presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prometeu rever os termos do NAFTA. O presidente norte-americano considerava que o tratado continha termos que prejudicavam a economia dos Estados Unidos, e, por consequência, favoreciam as economias do Canadá e do México. Como presidente, Donald Trump impôs o maior poder econômico dos Estados Unidos, levando à negociação de um novo acordo comercial com o México e o Canadá, resultado alcançado em agosto e outubro 2018.

2 – O protecionismo dos Estados Unidos, da China e a "guerra comercial"

O protecionismo se caracteriza por um conjunto de ações para impedir ou restringir o fluxo de mercadorias e serviços estrangeiros de forma a proteger as empresas nacionais.

Sob o governo de Donald Trump, os EUA têm tomado iniciativas que questionam fortemente o livre-comércio internacional, com a adoção de sobretaxas de importação, o questionamento aos termos do acordo do NAFTA e da relação comercial com a China.

O governo americano tem estabelecido sobretaxas (pode também aparecer o termo tarifa) a diversos produtos importados de outros países. Sobretaxa ou tarifa são os termos utilizados pela imprensa, na verdade é a elevação de impostos de importação. Entre esses produtos, ganhou destaque o aumento de impostos de importação de aço e alumínio sobre as compras externas de aço, que passou de 0,9% para 25%, e de alumínio, que subiu de 2% para 10%. Donald Trump diz que as medidas são necessárias para proteger a economia norte-americana e por uma questão de segurança nacional.

As medidas afetaram vários países, mas a China foi o mais afetado, que, em reação, elevou as taxas de importação de produtos importados dos Estados Unidos.

Retaliação à China

Trump vê no comércio internacional o ponto fraco da economia norte-americana. Seu diagnóstico é respaldado pelo crescente déficit comercial dos EUA. O país que mais contribui para esse déficit é a China, que, em 2018, foi de 420 bilhões de dólares. Por isso, as medidas para tentar reduzir as importações têm como principal alvo a economia chinesa.

Os Estados Unidos elevaram tarifas sobre mais de US$ 450 bilhões em produtos chineses. A China, por sua vez, elevou as tarifas sobre bens americanos em um valor de mais de US$ 110 bilhões.

Os EUA acusam a China de suposto roubo de propriedade intelectual. Trump acusa empresas chinesas de adquirir participação em indústrias norte-americana e, assim, ter acesso aos métodos de produção que depois são reproduzidos livremente, sem remunerar a propriedade intelectual das inovações. Além disso, o governo chinês subsidiaria a produção de bens de alta tecnologia. Assim, a China teria condições de colocar seus produtos no mercado a preços muito mais baixos do que outros países.

O governo chinês é acusado também de **manipulação cambial**, interferindo no valor de sua moeda, o yuan, diante do dólar. Essa estratégia é denunciada como uma forma indireta de um país conceder subsídios para estimular artificialmente suas exportações. O problema é que, embora as regras da OMC coloquem limites aos subsídios, não há uma regulamentação específica na entidade com relação à manipulação cambial, o que deixa os chineses livres para alterarem artificialmente a cotação de sua moeda.

Guerra comercial

Essa **disputa na qual os países utilizam estratégias para restringir a circulação de produtos ou serviços importados para atingir seus objetivos econômicos** damos o nome de **guerra comercial**. E, quando esse

conflito envolve as duas maiores potências mundiais, existe um grande risco de contaminação global. Desde a crise econômica mundial de 2008, até 2017, as 60 maiores economias do mundo adotaram mais de 7 mil medidas protecionistas – só em 2017, foram 360 ações para proteger as economias nacionais, o maior índice registrado desde 2011. O grande perigo da disseminação do protecionismo é a possibilidade de uma retração do comércio mundial, um dos fundamentos da economia globalizada. Além disso, medidas protecionistas podem ter efeitos negativos também no país importador. As taxas alfandegárias podem favorecer um ou outro setor industrial, mas devem prejudicar outros setores, que dependem da importação. Sem a opção de importar, as empresas desses setores terão de se submeter à oferta dos fabricantes nacionais. Como a produção doméstica terá grande demanda, os custos de produção tenderão a subir, o que elevará o preço dos bens finais, ameaçando até a sua competitividade no mercado internacional.

Fase 1 do acordo entre EUA e China

Em 15 de janeiro de 2020, após vários meses de negociação, os dois países assinaram um acordo para aliviar a guerra comercial. O acordo foi denominado Fase 1, e tem como ponto central a promessa da China de comprar mais US$ 200 bilhões em produtos dos EUA ao longo de dois anos para reduzir o déficit comercial bilateral. O documento assinado prevê que a *China* aumente a compra de produtos manufaturados, agrícolas, energia e serviços dos EUA.

Dois temas sensíveis na guerra comercial foram abordados no acordo. Os dois países podem ser punidos pelo roubo de informações comerciais consideradas sigilosas. A medida se dirige a China que é acusada de suposto roubo de propriedade intelectual, que também terá de proibir roubos cibernéticos. O outro tema é sobre a transferência de tecnologia, ficou acordado que não será permitido que empresas sejam obrigadas a transferir tecnologias para "aquisições, associações ou outras formas de investimento". É outra medida endereçada à China, que força esta prática com relação às empresas estrangeiras que se instalam no país.

Os Estados Unidos, no entanto, ainda vão manter tarifas de 25% sobre uma vasta gama de US$ 250 bilhões em bens e componentes industriais chineses usados pela manufatura norte-americana, até a segunda fase de um acordo comercial.

2.1 A batalha da 5G

O 5G é a evolução da atual rede de celulares de quarta geração (4G). O 5G tem três principais características: uma grande largura de banda, baixa latência e conexões amplas. Estima-se que o 5G será capaz de entregar velocidades 50 a 100 vezes maiores em relação ao 4G, com envio e recebimento de dados de forma quase instantânea.

O aumento do número de aparelhos conectados por área possibilitará uma enorme ampliação da tendência mundial da “internet das coisas”. Com isso, haverá inúmeras possibilidades, cada vez mais inteligentes e conectadas, para residências, ruas, hospitais, comércios e indústrias.

A empresa chinesa Huawei é a maior fornecedora de sistemas 5G, à frente das tradicionais Ericsson, sueca, e Nokia, finlandesa. A Huawei também é a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta e a segunda maior vendedora de celulares, atrás apenas da coreana Samsung.

Por não possuírem uma grande empresa no setor 5G, os Estados Unidos, principal economia do planeta, viraram o maior mercado para a Ericsson, e o governo norte-americano começou uma campanha de boicote à líder mundial.

A Casa Branca acusa a empresa chinesa de roubar a propriedade intelectual de empresas norte-americanas; de vender produtos com tecnologia norte-americana a países que sofrem embargo (como Irã e Coreia do Norte); e, também, alegam que a Huawei colabora com governo chinês para espionar outros países, colocando em risco a sua segurança nacional.

Com suas acusações, os EUA conseguiram que Nova Zelândia e Austrália proibissem o uso de tecnologia e equipamentos da empresa por razões de segurança. Canadá, Alemanha, Japão e Coreia do Sul colocaram a empresa sob avaliação.

A Huawei nega todas as acusações de violação das sanções e afirma operar dentro da lei em todos os países onde atua. A empresa também perdeu o acesso a softwares e componentes produzidos nos Estados Unidos e que eram necessários para fabricar seus produtos.

Entretanto, os ataques norte-americanos à Huawei são apenas o sustentáculo de uma guerra estadunidense contra a empresa que é carro-chefe da ambição chinesa de se tornar uma superpotência tecnológica. A disputa entre Estados Unidos e China transcende o campo comercial. É a principal batalha pelo poder neste milênio – dentro e fora do mundo digital. O domínio na área das telecomunicações é essencial para o domínio político e econômico na atualidade.

3 – China

A China é a segunda maior economia do mundo, respondendo por mais de 11% do PIB mundial, atrás apenas dos Estados Unidos. O país chegou a essa condição em poucas décadas, após as reformas econômicas implantadas na década de 70 do século passado.

O modelo vigente é denominado “socialismo de mercado”, pelo qual o país mantém ainda um expressivo controle estatal de fábricas e de terras, mas com um crescente setor privado e a abertura ao mercado mundial em determinadas regiões, chamadas de **Zonas Econômicas Especiais**. Nessas zonas se instalaram empresas multinacionais, para produzir artigos para a exportação, atraídas por incentivos fiscais e pela barata e numerosa mão de obra chinesa. O governo investe maciçamente em tecnologia para aperfeiçoar continuamente a sua indústria.

O país se tornou o maior produtor e exportador de produtos industrializados no mundo e um grande importador de commodities, para servirem de matéria-prima para a sua produção. É um grande investidor em países de todos os continentes, criando uma relação de interdependência e firmando parcerias entre os países e a China.

Por ter uma economia voltada para o comércio exterior, a China passou a ser um dos grandes defensores da globalização e do livre-comércio. É uma defesa que tem sido reafirmada diante de críticas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a essa mesma globalização e livre-comércio. Para além das questões

econômicas, a China quer se firmar como uma liderança global, capaz de não apenas ser uma potência regional, mas de ameaçar a hegemonia mundial dos EUA.

Na tentativa de projetar sua influência pelo mundo, a China investe em projetos de financiamento, aquisição de matérias-primas e obras de infraestrutura para angariar aliados. A presença chinesa é cada vez maior na América Latina, África, Ásia e Europa.

A "Nova Rota da Seda" é o projeto mais ambicioso. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente Médio e o Oceano Índico. A rota da seda foi um corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era.

No campo da política interna, o regime de governo chinês é considerado uma ditadura que reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos. Em uma alteração constitucional histórica, o parlamento chinês aboliu o limite de dois mandatos presidenciais consecutivos de cinco anos. Com isso, Xi Jinping poderá permanecer no poder por tempo indeterminado.



O **Mar do Sul da China** é o foco de maior tensão no Sudeste Asiático. A China reivindica 85% da área do mar, alegando ter precedência histórica com base em um pedido feito em 1947. Filipinas, Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan também disputam a soberania sobre a região e querem negociar com base na convenção da ONU sobre o Direito do Mar, que define zonas de 200 milhas para cada país. O problema é que, devido à proximidade entre essas nações, as fronteiras marítimas não são bem definidas.

Essa região marítima é rica em reservas de petróleo e recursos pesqueiros e estratégica para o transporte marítimo chinês. Mesmo com a indefinição das fronteiras, a China ampliou a ofensiva para consolidar a ocupação da área em 2014, ao construir ilhas artificiais em Spratly e instalar plataformas para a exploração de petróleo na região.

Outro foco de disputa ocorre com o Japão pela posse das ilhas de Senkaku, para os japoneses, ou Diaoyu, para os chineses, localizadas no Mar da China Oriental.

Ha ainda a questão de **Taiwan**, que a China considera uma **província rebelde** e quer reintegrar ao país. A ilha passou a ter um governo próprio, após a chegada do Partido Comunista ao poder na China continental, em 1949.

Na prática, Taiwan tem todas as condições que o definem como um país: um governo próprio eleito democraticamente, instituições sólidas, moeda própria, forças armadas e um território delimitado. A maioria da sua população é simpática à causa separatista, embora até hoje a independência não tenha sido declarada. Se isso ocorrer poderá haver um ataque militar chinês à ilha.

Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de "um país, dois sistemas": o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia.

3.1 A questão de Hong Kong

Hong Kong, localizada na costa sul da China, é uma **Região Administrativa Especial** do país. Com um pequeno território e uma população de cerca de sete milhões de pessoas, é uma das áreas mais densamente povoadas do mundo e um dos principais centros financeiros internacionais, possuindo um dos maiores PIB per capita do mundo.

Antiga possessão britânica, Hong Kong foi devolvida à China em 1997, sob o princípio de "**um país, dois sistemas**". O princípio estabeleceu que o sistema socialista não vigoraria na Região Administrativa Especial, vigorando o sistema capitalista, que ficaria intacto por um período de 50 anos, e que as liberdades individuais deveriam ser garantidas. O território possui um alto grau de autonomia, exceto em assuntos estrangeiros e de defesa. Esta “autonomia” é objeto de questionamento por parte de seus cidadãos, pois o seu governante é eleito por um pequeno comitê eleitoral que é controlado por Pequim. Assim, todos os governantes de 1997 até então têm apresentado uma política pró-República Popular da China, aprovando leis que são bastante favoráveis ao governo central chinês.

Um prolongado e grande ciclo de protestos se estendeu de fevereiro de 2019 a março de 2020, cessando em função da pandemia de Covid-19. A causa inicial e principal foi a tentativa do governo local de aprovar no legislativo um projeto de lei que permitiria a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental, o que foi considerado como uma tentativa de aumento da influência central chinesa na região, uma redução da sua autonomia e das liberdades, bem como uma possibilidade de perseguição de opositores do regime chinês ali residentes.

A proposição foi retirada de apreciação, mas outras pautas foram incluídas nos protestos: manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, a independência da justiça, o sufrágio universal em todas as eleições locais e a renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam.

Um novo ciclo de protestos foi desencadeado em maio de 2020, com a deliberação da Assembleia Popular Nacional ou Congresso Nacional do Povo, o maior organismo governamental do legislativo chinês, de uma **nova lei de segurança nacional** para Hong Kong.

A lei, já em vigor, visa "impedir, deter e reprimir qualquer ação que ameace de maneira grave a segurança nacional, como o separatismo, a subversão, a preparação ou a execução de atividades terroristas, assim como as atividades de forças estrangeiras que constituem uma interferência nos assuntos de Hong Kong". Ficou claro que o governo da China não tolerará o separatismo e que irá sufocar os movimentos em defesa de reformas democráticas.

4 – América Latina

A expressão "**América Latina**" é usada comumente para se referir a todos os países do continente americano com exceção dos Estados Unidos e do Canadá. Contudo, não há nenhuma "lista" oficial de países "latino-americanos" e as diversas fontes de informação divergem um pouco quanto aos países que realmente fariam parte da América Latina.

Porém, aceita-se largamente que a América Latina é composta pelos países da América do Sul, América Central (istmo e ilhas) e México (América do Norte). Nesse espaço geográfico, grande parte da população é falante de línguas latinas, em países ou territórios colonizados por Portugal, Espanha e França.

Neste tópico, as bancas costumam cobrar conhecimentos sobre eleições presidenciais e parlamentares, sobre rumorosos casos de corrupção em países, relacionados a situações de instabilidade e/ou mudança política e econômica e sobre grandes tragédias, tais como desastres naturais, ambientais e chacinas.

As cobranças mais frequentes são sobre eleições presidenciais, que nos últimos anos levaram a uma virada política na América do Sul, com a ascensão de partidos e presidentes do espectro político da direita ao centro. Na primeira década do século XXI e em parte da segunda década, a centro-esquerda e a esquerda estiveram no poder em grande parte dos países da América do Sul e em parte dos países da América Central, no que ficou conhecida como a "onda vermelha".

O ano de 2019 foi de eleições na Argentina, Uruguai e Bolívia e de situações de instabilidade política e/ou social no Chile, Equador, Peru, Paraguai e Colômbia.

Argentina

Maurício Macri, de orientação liberal e de centro-direita, governou o país de 10/12/2015 a 10/12/2019. Macri foi eleito com a promessa de resolver os persistentes problemas econômicos da Argentina, colocar as contas em ordem, baixar a pobreza e reduzir a inflação. O que se viu ao longo do seu governo é que não conseguiu cumprir nada disso.

Diante desse quadro, a oposição da chapa peronista, do Partido Justicialista, venceu as eleições presidenciais de 2019 no primeiro turno. Alberto Fernández é o atual presidente, tendo como vice-presidente, Cristina Kirchner, que já presidiu o país.

A situação econômica não é boa no país, que fechou 2018 e 2019 com crescimento negativo do PIB, em recessão econômica. O desemprego é elevado e a pobreza cresceu. A Argentina teve que recorrer, em 2018,

a um empréstimo de US$ 57 bilhões junto ao FMI para fazer frente a compromissos financeiros. A pandemia de Covid-19 aprofundou a crise econômica no ano de 2020.

Uruguai

Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, de centro-direita, foi eleito presidente no segundo turno das eleições, derrotando Daniel Martínez, da Frente Ampla, de esquerda. A posse ocorreu em 1º de março de 2020.

O presidente eleito teve como principais bandeiras a segurança pública, prometendo reforçar a polícia e um maior enfrentamento da criminalidade, a modernização da educação e um enxugamento dos gastos públicos.

A vitória de Lacalle Pou encerrou um período de 15 anos da **Frente Ampla** no governo Uruguai, em que foram aprovadas várias medidas consideradas polêmicas, como a legalização do aborto, do uso recreativo e do plantio da maconha para consumo próprio.

No governo da Frente Ampla, o país conviveu com a estabilidade política, sem grandes escândalos de corrupção. O PIB cresceu continuadamente desde 2003, mas passa por uma desaceleração no seu ritmo desde 2015. O Uruguai apresenta bons indicadores sociais.

Contudo, longos períodos no poder geram um desgaste natural. Ao mesmo tempo, questões como segurança e educação tomaram espaço no debate, revelando descontentamentos da população uruguaia. O país registrou recorde no número de homicídios em 2018. Em comparação com o Brasil, a violência no Uruguai é drasticamente menor, mas considerada alta para os padrões dos uruguaios.

Bolívia

Evo Morales, primeiro indígena a chegar ao cargo de presidente, governou o país de 2006 a 2019. Foi eleito para o seu quarto mandato presidencial, no primeiro turno, nas eleições de outubro de 2019. A oposição contestou a apuração dos votos e o resultado final, com suspeita de fraude. Protestos se espalharam por várias cidades do país, com atos de violência, confrontos com a polícia e entre apoiadores de Evo e membros da oposição. A OEA realizou uma auditoria no processo eleitoral constatando fraude, orientando a realização de novas eleições e a destituição dos juízes do Tribunal Superior Eleitoral, o que foi acatado por Evo Morales.

Diante da continuidade das grandes manifestações, a pressão pela renúncia e a perda de apoio das forças policiais, do Exército e de setores do movimento operário, Evo Morales renunciou à presidência do país e exilou-se no México e posteriormente foi para a Argentina, onde recebeu o status de refugiado. Toda a linha sucessória do ex-presidente também renunciou. Assumiu como presidente a senadora Jeanine Añez, que era a segunda vice-presidente do Senado.

Novas eleições presidenciais tinham sido marcadas para 3 de maio de 2020, mas foram adiadas em função da pandemia do coronavírus. Evo Morales foi proibido de participar da nova eleição.

Chile

Considerado um dos países mais prósperos da América Latina e com um modelo macroeconômico elogiado. O aumento das passagens do metrô da capital, Santiago, em outubro de 2019, foi o estopim para um grande ciclo de protestos que expressou a insatisfação de parte da população com a realidade socioeconômica do país. Devido a atos de violência realizados por alguns grupos minoritários, como o incêndio a um prédio que sediava a maior companhia de energia do país, em determinados dias e cidades foi decretado o estado de emergência e toque de recolher.

Em resposta às reivindicações dos manifestantes, o presidente do país, Sebastian Piñera, e o Congresso anunciaram um pacote de medidas sociais, com o incremento às aposentadorias, a criação de um teto para os gastos com medicamentos, aumento do salário mínimo, redução nas tarifas de energia elétrica e redução da tarifa de transporte público para aposentados. Por fim, aprovou um acordo para convocar um plebiscito em abril de 2020 para decidir mudar ou não a Constituição. O plebiscito foi adiado para 25 de outubro de 2020, em função da pandemia global de Covid-19.

Equador

No mês de outubro de 2019, o Equador foi palco de grandes manifestações, de caos e de situações de violência e barricadas em ruas de cidades como a capital Quito e Guayaquil, a maior do país.

Diante de um severo déficit fiscal, falta de liquidez e uma dívida externa crescente, o país teve de recorrer aos organismos internacionais. Para a concessão de ajudas financeiras, via empréstimos, o FMI propõe aos países uma série de medidas com o objetivo de reduzir o déficit fiscal, como o corte de despesas públicas e o aumento das receitas governamentais.

No plano de austeridade apresentado ao FMI pelo presidente Lenin Moreno, a medida mais polêmica foi o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, que existem há 40 anos no país, fazendo com que os preços dos combustíveis e dos produtos disparassem.

Milhares de equatorianos foram às ruas protestar contra a medida, liderados por sindicatos ligados ao setor de transporte, grupos indígenas e estudantes. Houve protestos violentos, com saques e depredações, e forte repressão dos manifestantes, com registros de mortes, detenção de manifestantes e policiais feitos de reféns.

Como resposta, Lenín Moreno decretou estado de exceção por 60 dias, toque de recolher e transferiu temporariamente a sede do governo de Quito para a cidade costeira de Guayaquil. Além disso, segundo o governo, havia pessoas tentando especular com a oscilação de preços, ou seja, tentando faturar com a crise. Com isso, Moreno orientou as autoridades a fazerem inspeções nos estabelecimentos para coibir esse tipo de prática, prendendo alguns comerciantes.

Em meio aos impasses, o presidente convocou líderes indígenas para conversar e chegar a um acordo. Historicamente, os grupos indígenas são importantes atores na política equatoriana e já entraram em conflitos com o governo em outros momentos. Ao fim, chegou-se a um acordo que revogou o pacote de ajustes econômicos. Lenin Moreno anunciou que substituirá o pacote por “um novo que contenha

mecanismos para concentrar os recursos naqueles que mais precisam deles", encerrando doze dias intensos de protestos que deixaram sete mortos, mais de 1300 feridos e mais de 1.100 pessoas foram presas.

Peru

Os desdobramentos da operação Lava Jato no Peru revelaram que os quatro últimos presidentes do país estiveram envolvidos em casos de corrupção relacionados à construtora brasileira Odebrecht. Alejandro Toledo (2001-2006) está preso nos Estados Unidos. Alan García (2006-2011) tentou suicídio quando iria ser preso, vindo a falecer no hospital. Ollanta Humala (2011-2016) já esteve preso e está respondendo as acusações em liberdade. Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018), conhecido por PPK, renunciou à presidência em março de 2018, em meio a um processo de impeachment. Encontra-se em prisão domiciliar.

A líder da oposição, Keiko Fujimori, filha do ex-presidente Alberto Fujimori (1990-2000), também está envolvida em corrupção relacionada à Odebrecht. Passou quase um ano presa, entre 2018 e 2019,

Com a renúncia de PPK, assumiu o vice, **Martín Vizcarra**, que tentou aprovar uma série de medidas contra a corrupção, mas teve dificuldade pelo fato de a oposição, formada pelos fujimoristas, comporem a maioria no Legislativo.

Por meio de um mecanismo disposto na Constituição, segundo o qual é facultado ao presidente dissolver o Congresso e convocar novas eleições após duas **moções de confiança** serem negadas, Vizcarra dissolveu o Congresso peruano, em 30 de setembro de 2019. Novas eleições legislativas foram marcadas para 26 de janeiro de 2020.

A moção de confiança é um mecanismo pelo qual o Executivo pode consultar o Legislativo, em relação ao assunto que julgar apropriado, se ainda tem confiança dos parlamentares para continuar governando. Para ser aprovada, a moção precisa de maioria simples favorável.

Em resposta à medida de Vizcarra, o Congresso, mesmo suspenso, determinou, no mesmo dia da sua dissolução, a suspensão temporária do próprio presidente e nomeou para seu lugar a vice-presidente Mercedes Aráoz, que foi empossada e renunciou ao cargo no dia seguinte, 1º de outubro, pedindo novas eleições presidenciais. O presidente não aceitou a renúncia de Aráoz alegando que a sua destituição não era válida, pois o Congresso já estava dissolvido e continuou no cargo.

As eleições legislativas foram realizadas em 26 de janeiro de 2020, os parlamentares eleitos vão cumprir um mandato tampão até abril de 2021, quando o país elegerá um novo presidente e um novo parlamento.

5 – Venezuela

Hugo Chávez governou o país de 1999 até sua morte, em 2013. Durante seu governo, promoveu enormes avanços sociais, reduzindo a pobreza e a desigualdade, financiados em boa parte com as receitas do petróleo, que atingia altos valores na época. No entanto, as conquistas sociais da Era Chávez foram ofuscadas por uma condução política autoritária, marcada por uma série de medidas de concentração de poder.

Com a morte de Chávez, nova eleição foi realizada na Venezuela, em 2013. Nicolás Maduro, candidato do governista PSUV – Partido Socialista Unido da Venezuela, venceu em uma disputa acirrada. As tensões entre o governo e a oposição, que cresciam no final da Era Chávez, acentuaram-se significativamente no mandato de Maduro.

Na atualidade, a Venezuela enfrenta uma **grave crise econômica, marcada pela alta inflação, recessão e escassez de alimentos**. Essa situação demonstra que a situação socioeconômica do país regrediu significativamente em poucos anos. Especialistas apontam como causas a **excessiva dependência do país do petróleo** e a **política de controle de preços**. A oposição culpa a corrupção e a má gestão do governo de Nicolás Maduro pela atual situação do país.

O petróleo responde por 96% das receitas de exportação da Venezuela. Quando Hugo Chávez assumiu a presidência, o valor do barril estava em 10,75 dólares. Em 2008, durante o auge do chavismo , o barril chegou a superar os 120 dólares. Nos anos subsequentes, o seu valor caiu significativamente, e a produção e a exportação de petróleo conheceram uma significativa queda nos últimos anos.

Com menos recursos provenientes das receitas do petróleo, o governo perdeu a capacidade de importar muitos itens de necessidade básica e reduziu os investimentos sociais. Se a economia fosse mais diversificada, o país não ficaria tão vulnerável à flutuação do preço do petróleo.

Para Maduro, boa parte da responsabilidade pela crise é da oposição, acusada de desestabilizar o país e cooptar empresários para reter seus produtos. O presidente também culpa os Estados Unidos, cujo governo declarou, em 2015, que a Venezuela representa uma “ameaça à segurança nacional e à política externa” do país. No entender de Maduro, essa é uma forma de os norte-americanos pressionarem investidores estrangeiros a desistir da Venezuela e impedir que bancos internacionais concedam empréstimos ao país.

A crise política, econômica e humanitária que atingiu a Venezuela fez com que sua população procurasse refúgio em nações vizinhas. Cerca de cinco milhões de venezuelanos já fugiram do país desde 2015. Os dois países que mais receberam refugiados venezuelanos foram Colômbia e Peru. A entrada de refugiados venezuelanos no Brasil resultou em uma crise migratória em Roraima, estado de poucos recursos localizado no norte do país.

A crise política entre governo e oposição

Além da crise econômica e social, o país enfrenta uma crise política, decorrente, sobretudo, da guinada ao autoritarismo de Maduro.

Em 2015, a oposição foi a grande vencedora das eleições para a Assembleia Nacional (Poder Legislativo da Venezuela). Juan Guaidó, líder da oposição, é o presidente da Assembleia Nacional.

Em abril de 2017, o presidente Nicolás Maduro assinou decreto convocando uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para “reformar o Estado e redigir uma nova Constituição”. A oposição fez várias críticas à forma como a Constituinte foi convocada, decidindo não participar do processo eleitoral, nem da ANC.

Conforme a sua constituição, os demais poderes se subordinam à ANC. Os Poderes Executivo, Judiciário, Eleitoral e Cidadão aceitaram a subordinação. O Poder Legislativo, que tem maioria de oposição, negou-se a subordinar-se à Assembleia Constituinte.

Em agosto de 2017, a Assembleia Constituinte aprovou um decreto em que assumiu o poder de aprovar leis, usurpando as competências da Assembleia Nacional. Com isso, há dois poderes legislativos na Venezuela, um de maioria governista, a Assembleia Constituinte, e outro, de maioria oposicionista, a Assembleia Nacional.

Em maio de 2018 foram realizadas eleições presidenciais. Os principais partidos de oposição foram desqualificados pelo Conselho Nacional Eleitoral. Diante dessa situação, grande parte da oposição decidiu boicotar as eleições.

Nicolás Maduro foi reeleito com 67,8% dos votos validos. A abstenção foi recorde, cerca de 54% dos eleitores venezuelanos não foram votar. Diversos países do mundo e organismos internacionais não reconheceram o pleito, nem a reeleição de Maduro.

Em 10 de janeiro de 2019, Maduro assumiu o seu segundo mandato, que deve durar até 2025. Esse novo mandato **não tem o reconhecimento da Assembleia Nacional venezuelana e de diversos países, entre eles os EUA e o Canadá, e do Grupo de Lima**. A Organização dos Estados Americanos (OEA) também declarou, no dia da posse, que não reconhece mais o governo de Maduro.

Em 23 de janeiro de 2019, o presidente da Assembleia Nacional, único poder que não é controlado pelo chavismo, Juan Guaidó se declarou presidente interino do país e disse que tem como objetivo estabelecer um governo de transição e organizar eleições livres. Em torno de 60 países, cujos governos condenam o regime de Nicolás Maduro, reconheceram **Juan Guaidó** como **presidente interino (encarregado) da Venezuela**, entre eles, Brasil, Estados Unidos e vários países europeus.

A Assembleia Nacional da Venezuela declarou Nicolás Maduro "usurpador" do cargo de presidente da república. Na prática, isso significa que a Assembleia considera como "juridicamente ineficaz" a Presidência exercida por Maduro. Além disso, os atos do Poder Executivo venezuelano foram anulados. Em seguida, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ, que é governista) considerou "nulos" todos os atos aprovados pelo Parlamento.

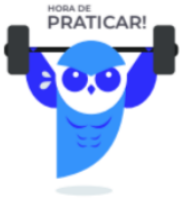
Grupo de Lima

O Grupo de Lima foi criado em 2017 por iniciativa do governo peruano com o objetivo de pressionar para o restabelecimento da democracia na Venezuela. Além do **Brasil** e do Peru, mais 11 países integram o grupo – Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá e Paraguai. O México, agora sob o governo de esquerda de Andrés Manuel López Obrador, absteve-se da decisão de não reconhecer o novo mandato de Nicolás Maduro.

Protestos

O governo de Maduro enfrenta protestos desde seu início e responde violentamente. Como não surtem o efeito desejado e são violentamente reprimidos, a oposição passou a boicotar ainda mais os processos eleitorais, como as eleições para prefeito (nas quais vários partidos opositores foram proibidos de concorrer) e para vereador em dezembro de 2018.

QUESTÕES COMENTADAS



1. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) "Brexit" é a junção das palavras em inglês "British" e "exit" e significa "saída britânica". O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia (UE). A defesa do Brexit inclui argumentos que apontam que a saída do Reino Unido do bloco é positiva porque irá, por exemplo:

I. restringir a entrada de imigrantes no país;

II. aumentar os recursos públicos disponíveis exclusivamente para os britânicos, com o fim dos valores repassados ao EU;

III. reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados;

IV. melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países.

(G1, 13/12/2019. Disponível em: < http:// https://glo.bo/2Sr7kWz>. Adaptado)

São argumentos favoráveis ao Brexit:

(A) I e IV, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) I, II e IV.

(E) I, II, III, IV.

COMENTÁRIOS:

I - Correto. A restrição da entrada de imigrantes no país foi um dos argumentos utilizados pelos defensores do Brexit, com o argumento de que os migrantes tiravam o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social do país, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais.

II - Correto. A União Europeia possui um orçamento comum, para o qual cada país contribui proporcionalmente ao tamanho da sua economia. Os defensores do Brexit argumentavam que o Reino Unido

enviaria mais dinheiro para a União Europeia do que recebia de volta em investimentos. Saindo do bloco europeu, sobraria mais dinheiro para ser investido no país.

III - Incorreto. Reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados, não foi um argumento utilizado pelos que defendem o Brexit. Não faria sentido ser a favor da redução de lucros de seu país. A redução dos lucros de exportação foi um dos argumentos utilizados pelos que foram contrários ao Brexit, já que o país não estará mais isento de taxas de exportação e importação no comércio com os países europeus.

IV- Correto. Melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países é um dos argumentos utilizados pelos defensores do Brexit. Os defensores da saída alegam que o crescimento da União Europeia diminuiu a importância e a soberania britânica. O país tem que seguir regulações nas áreas de economia, política, migrações, entre outras, decididas pelo bloco econômico.

Gabarito: D

---

2. (IBADE/IDAF-AC/2020 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO) O plano foi visto como uma ameaça às liberdades individuais no território autônomo e acabou revogado. O movimento passou a englobar outas demandas do povo, que vê interferência crescente do regime chinês e também pede a responsabilização de agentes que atacaram manifestantes durante os atos, os maiores ocorridos ali desde 1997.

(Folha, 02/11/2019. Disponível em: http://bit.ly/39iWbxM>. Adaptado)

A notícia trata das manifestações ocorridas em Hong Kong no segundo semestre de 2019, sobre estes episódios é correto afirmar que:

(A) as manifestações começaram com o aumento da tarifa do transporte público.

(B) a revolta começou após sucessivos escândalos de corrupção e cortes no fornecimento de combustível.

(C) os atos de protesto começaram a partir da imposição de restrições à propriedade privada.

(D) a revolta começou após o anúncio de um projeto de lei que facilitaria a extradição de suspeitos para serem julgados na China continental.

(E) os protestos começam após a China apresentar um projeto de lei que sobretaxaria os produtos de Hong Kong.

COMENTÁRIOS:

As grandes manifestações ocorridas em Hong Kong, no segundo semestre de 2019, começaram após o anúncio de um projeto de lei que facilitaria a extradição de seus cidadãos suspeitos para serem julgados na China continental, pelo Judiciário da China, e não mais de Hong Kong. O governo local suspendeu a apreciação do projeto por tempo indeterminado e depois o retirou em definitivo do Poder Legislativo. Contudo, os protestos continuaram com outras pautas, como a manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, incluindo a liberdade de expressão, a independência da justiça, o sufrágio universal para todas as eleições locais e pela renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam.

As medidas de restrição de circulação adotadas em função da pandemia de Covid-19 levou ao fim a sequência de meses de protestos neste importante centro econômico e financeiro da Ásia.

Gabarito: D

---

3. (VUNESP/PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ/2020 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) No dia 19 de outubro, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu de maneira considerável as previsões de crescimento da economia mundial, passando a projetar um crescimento de 2,9% em 2019 e 3% em 2020, após uma expansão de 3,6% em 2018.

(G1. https://glo.bo/2PnJ0ng. Acesso em 02.dez.2019. Publicado em 01.10.2019. Adaptado)

Entre os motivos apontados para a redução das projeções, é possível destacar

a) as tensões comerciais e a desaceleração da economia global.

b) os conflitos entre países do Oriente Médio.

c) a instabilidade monetária dos países emergentes.

d) a escalada de governos autoritários na Ásia e na África.

e) a elevação dos preços dos combustíveis: carvão e petróleo.

COMENTÁRIOS:

O principal motivo apontado pela OCDE para a redução do crescimento da economia mundial são as tensões comerciais e a desaceleração da economia global.

O contexto de guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo – Estados Unidos e China – reduziu o crescimento do comércio mundial, ocasionado também por uma desaceleração da economia chinesa, que, durante vários anos, teve seu crescimento econômico muito acima do crescimento da economia mundial.

Gabarito: A

(QUADRIX/CRMV-AM/2020 – FISCAL) Evo Morales e Sebastian Piñera têm pouco em comum. O primeiro, mandatário da Bolívia até o último fim de semana, é um político esquerdista, de origem indígena, ex-agricultor de coca. O segundo, atual presidente do Chile, é um empresário branco, milionário e de centro-direita.

Internet: <www.bbc.com> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial e refletindo sobre a situação política da América do Sul, julgue os itens.

4. O segundo governante citado no texto vem promovendo um processo de enfraquecimento da democracia, cogitando a extensão do atual mandato e defendendo a possibilidade de reeleição.

COMENTÁRIOS:

O presidente do Chile, Sebastian Piñera, não tem promovido um processo de enfraquecimento da democracia, cogitando a extensão do atual mandato e defendendo a possibilidade de reeleição. Isso é uma invenção do examinador. Essa descrição se aproxima mais de Evo Morales, ex-presidente da Bolívia, em que uma auditoria da Organização dos Estados Americanos (OEA) constatou que ocorreram fraudes na apuração dos votos da última eleição presidencial que o elegeu para o seu quarto mandato como presidente no país. Uma fraude eleitoral representa o enfraquecimento da democracia.

Gabarito: Errado

---

5. Evo Morales não é mais o presidente da Bolívia, tendo deixado o governo após um processo de plebiscito, em que contou com o apoio de uma ínfima parte da população.

COMENTÁRIOS:

Evo Morales não é mais o presidente da Bolívia. Entretanto, não deixou o governo por meio de um processo de plebiscito. Evo Morales renunciou à presidência da Bolívia, em 10 de novembro de 2019, devido à situação conturbada pela qual o país passava, com conflitos violentos entre os apoiadores do governo e a oposição por ocasião da apuração dos votos da eleição presidencial de 2019, em que foi eleito para um quarto mandato, na qual foi constatada uma fraude eleitoral.

Gabarito: Errado

---

6. Primeiro presidente de origem indígena da Bolívia, Morales renunciou em novembro último, tendo recebido asilo político no México.

COMENTÁRIOS:

Ex-líder cocaleiro, Evo Morales foi o primeiro indígena a ser eleito o presidente da Bolívia, país em que uma significativa parcela da população é indígena. Morales renunciou à presidência em novembro de 2019, tendo recebido asilo político no México. Posteriormente, foi para a Argentina, onde lhe foi concedido o status de refugiado.

Gabarito: Certo

---

7. A razão pela qual o texto menciona, simultaneamente, Bolívia e Chile, é que, em ambos os países, houve grandes manifestações populares, questionando medidas dos governos, embora por razões diferentes.

COMENTÁRIOS:

O texto menciona simultaneamente Bolívia e Chile, pois, em ambos países, houve grandes manifestações populares questionando medidas dos governos. No Chile, as manifestações foram em resposta ao aumento do preço da passagem do metrô na capital, Santiago. Na sequência, o movimento cresceu e englobou outras pautas socioeconômicas. Na Bolívia, as manifestações ocorreram em decorrência do processo de fraude nas eleições que reelegeram Evo Morales para o seu quarto mandato presidencial.

Gabarito: Certo

8. O Equador vive momentos de turbulência política, em que seu presidente, Lenín Moreno, eleito com um discurso de extrema direita, tem sofrido pressões para renunciar.

COMENTÁRIOS:

No Equador também ocorreram grandes manifestações populares em outubro de 2019, em decorrência de medidas de ajuste fiscal implementadas pelo presidente, Lenín Moreno, em função de um empréstimo obtido com o FMI. Dentre as medidas de ajuste fiscal, a que mais causou a revolta da população foi o fim aos subsídios nos combustíveis fósseis. Frente à onda de protestos que se espalhou pelo país, o presidente equatoriano revogou o fim dos subsídios à gasolina e ao óleo diesel.

Lenín Moreno não foi eleito com um discurso de extrema direita, eis o erro da questão. Lenín Moreno se elegeu com um discurso de esquerda. Já como presidente, rompeu esse campo político e se aproximou de setores de centro, liberais e da direita.

Gabarito: Errado

9. (IBADE/IDAF–AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) A pauta cresceu, e os chilenos passaram a brigar contra a desigualdade social. Após os atos de vandalismo, o presidente Sebastián Piñera declarou estado de emergência e toque de recolher. Apesar da violência policial, o movimento reuniu mais de 1 milhão de pessoas em Santiago, no dia 25 (25/10/2019). A revolta é a principal crise no país desde o fim da ditadura, em 1990.

(folha, 02/11/2019. disponível em: < http://bit.ly/39iwbxm>. adaptado)

É correto afirmar que as manifestações no Chile tiveram sua origem:

a) com o aumento nas tarifas de transporte público.

b) com pedido de renúncia do presidente Sebastián Piñera.

c) com a descoberta de fraude nas eleições.

d) com a decisão do presidente de extinguir os subsídios sobre o petróleo.

e) com o aumento do preço do trigo.

COMENTÁRIOS:

As manifestações no Chile tiveram sua origem com o aumento nas passagens do metrô da capital, Santiago, em 3,75% nos horários de pico, de 800 para 830 pesos, o equivalente a 15 centavos de real. A medida foi suspensa dias depois, mas os protestos continuaram e se agigantaram, passando a englobar outras pautas, vindo a diminuir após o governo chileno atender a várias pautas dos manifestantes, principalmente a da realização de um plebiscito sobre a elaboração de uma nova Constituição para o país.

Gabarito: A

10. (VUNESP/PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ/2020 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Em 7 de outubro, o presidente do Chile afirmou em um programa de TV nacional que "em meio a uma América Latina convulsionada, o país é um verdadeiro oásis, com uma democracia estável". Em menos de 15 dias, o diagnóstico era o oposto: "Estamos em guerra contra um inimigo poderoso, implacável, que não respeita nada nem ninguém e está disposto a usar a violência e delinquência sem nenhum limite", disse o presidente em 20 de outubro à frente de uma república em estado de emergência e com toque de recolher decretado em grande parte do país.

(UOL. https://bit.ly/2DYImXO. Acesso em 04.dez.2019. Publicado em 25.out.2019. Adaptado)

A crise no Chile

a) foi debelada após a queda do presidente, que fugiu para a Colômbia, e a instalação de um governo provisório até as eleições em 2020.

b) abalou as relações comerciais e diplomáticas do Chile com os Estados Unidos, o mais importante aliado das políticas liberais do governo chileno.

c) teve curta duração devido ao apoio imediato dos países vizinhos que fecharam as fronteiras para evitar a entrada de armas e munições para os manifestantes.

d) foi o estopim para a queda de outros governos sul-americanos, como os da Bolívia e do Uruguai, que também apresentavam forte descontentamento da população.

e) teve início com o aumento do preço dos transportes urbanos e se acentuou com os protestos contra as desigualdades sociais no conjunto da sociedade.

COMENTÁRIOS:

A crise no Chile teve início com o aumento do preço dos transportes urbanos e se acentuou com os protestos contra as desigualdades sociais no conjunto da sociedade.

Em outubro de 2019, protestos se disseminaram pelo país. O motivo foi o aumento das passagens do metrô da capital, Santiago, em 3,75%, nos horários de pico. Devido a atos de violência realizados por alguns grupos minoritários, como o incêndio a um prédio que sediava a maior companhia de energia do país, em determinados dias e cidades foi decretado o estado de emergência e toque de recolher.

O aumento foi revogado, mas os protestos continuaram agregando outras reivindicações que refletiam insatisfações da população com a situação econômica e social no país

Em resposta às reivindicações dos manifestantes, o presidente do país, Sebastian Piñera, e o Congresso anunciaram um pacote de medidas sociais, com o incremento às aposentadorias, a criação de um teto para os gastos com medicamentos, aumento do salário mínimo, redução nas tarifas de energia elétrica, redução da tarifa de transporte público para aposentados e substituiu vários ministros. Por fim, aprovou um acordo para convocar um plebiscito em abril de 2020, onde os chilenos vão decidir se querem ou não elaborar uma nova Constituição e como isso será feito.

Gabarito: E

11. (INSTITUTO ANIMA/FUJAMA/2020 – ENGENHEIRO FLORESTAL) Um país da parte central da América do Sul presenciou a renúncia de seu presidente em novembro de 2019. Além do presidente, Evo Morales, o vice-presidente, Álvaro García Linera, outros dois na linha de sucessão renunciaram: Adriana Salvatierra, a presidente do Senado, e Víctor Borda, presidente da Câmara de Deputados. A renúncia se deu após uma escalada nas tensões neste país, devido a vários fatores, dentre eles a acusação de fraude nas eleições (realizadas pouco tempo antes). Em qual país aconteceu o fato citado no texto?

a) Paraguai.

b) Colômbia.

c) Equador.

d) Peru.

e) Bolívia.

COMENTÁRIOS:

O fato citado no texto aconteceu na Bolívia. Após irregularidades cometidas nas eleições presidenciais e em meio a protestos e conflitos violentos entre apoiadores do governo e da oposição, Evo Morales renunciou à presidência do país. Além de Evo Morales, renunciaram o vice-presidente, Álvaro García Linera, e outros dois na linha de sucessão, Adriana Salvatierra, a presidente do Senado, e Víctor Borda, presidente da Câmara de Deputados. O vice-presidente do Senado, Rubén Medinacelli, também renunciou.

Diante dessa situação, a segunda vice-presidente do Senado, a opositora Jeanine Añez, autoproclamou-se presidente da Bolívia em 12 de novembro, prometendo convocar novas eleições presidenciais, que ficaram marcadas para ocorrer em maio de 2020.

Gabarito: E

---

12. (QUADRIX/CRN 9/2019 – AUXILIAR OPERACIONAL) A União Europeia é o segundo maior comprador do agronegócio brasileiro, tendo sido o destino de 17,6% das exportações do setor neste ano, que geraram US$ 9,9 bilhões até julho, ficando atrás apenas da China.

Internet: <https://g1.globo.com> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue o item.

Em junho último, o Brasil assinou um tratado de livre comércio com a União Europeia, com vigência total e imediata, que permitiu a isenção de tarifas de produtos agrícolas destinados à Europa.

COMENTÁRIOS:

Em 28 junho de 2019, o Mercosul e a União Europeia assinaram um acordo de livre comércio. Não foi um acordo do Brasil com a União Europeia, foi do Mercosul com a União Europeia.

A vigência do acordo não é total e imediata. Para começar a ter vigência, deve ser aprovado no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais de todos os países dos dois blocos econômicos e ser ratificado pelos poderes executivos.

Após as aprovações e ratificações, a redução de tarifas entre os blocos entra em vigor, mas de forma gradativa, ao longo de dez anos.

Um dos pontos do acordo é a isenção de tarifas de vários produtos agrícolas destinados ao bloco europeu.

Gabarito: Errado

---

13. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETA-SP/2019 – ENGENHEIRO CIVIL) Atendendo a uma demanda dos manifestantes que ocupam as ruas de Hong Kong desde junho, a chefe do Executivo local, Carrie Lam, anunciou, nesta quarta-feira (04.09), o cancelamento do projeto de lei que deu origem aos protestos na região administrativa especial chinesa. O aceno de Lam, entretanto, não deverá ser suficiente para satisfazer os opositores, que mantêm outras quatro reivindicações.

(O Globo, 04.09.2019. Disponível em <https://tinyurl.com/y52tsle2>. Acesso em: 28.09.2019. Adaptado)

O tema do projeto de lei cancelado e uma nova reivindicação dos manifestantes são, correta e respectivamente,

a) o controle do Banco de Pequim sobre a região e a adoção de uma moeda diferente do yuan chinês.

b) a adoção de tarifas protecionistas pela China e um acordo com os EUA para encerrar a guerra comercial.

c) a extradição para a China continental e a democratização por meio de eleições diretas na região.

d) a limitação do acesso à internet e uma política de estímulo ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho.

e) a representatividade no Partido Comunista e a plena autonomia da região frente à China continental.

COMENTÁRIOS:

O projeto de lei que inicialmente motivou os protestos em Hong Kong previa a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental.

Após meses de protestos, o projeto foi retirado, mas as manifestações continuaram com novas reivindicações, como a manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, incluindo a liberdade de expressão, a independência da justiça, o sufrágio universal em todas as eleições locais, a democratização por meio de eleições diretas na região e a renúncia da chefe do executivo local, Carrie Lam.

Gabarito: C

---

14. (FUNDATEC/PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS/2019 – CIRURGIÃO DENTISTA) Entre os países citados abaixo, qual NÃO faz parte da União Europeia?

a) Bélgica.

b) Finlândia.

c) Rússia.

d) Lituânia.

e) Suécia.

COMENTÁRIOS:

Dentre os países listados, somente a Rússia não faz parte da União Europeia.

Gabarito: C

---

15. (FUNDATEC/PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS/2019 – CIRURGIÃO DENTISTA) No Mercosul, além dos países membros e dos países associados, dois países possuem o status de "observadores", são eles:

a) Estados Unidos e Canadá.

b) Nova Zelândia e México.

c) Panamá e Suriname.

d) Equador e Honduras.

e) Coreia do Sul e Japão.

COMENTÁRIOS:

Os países com o status de Estados Observadores do Mercosul são o México e a Nova Zelândia. Um membro observador apenas participa das reuniões do bloco, para melhor acompanhar o andamento das discussões, sem possuir poder de participação ou voto.

Gabarito: B

---

16. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETÁ-SP/2019 – ESCRITURÁRIO) O MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA, na sigla em inglês) fecharam ontem (23.08.2019), em Buenos Aires, um acordo de livre-comércio. Integrantes da equipe econômica consideraram esse acordo mais abrangente e ambicioso do que o firmado com a União Europeia no fim de junho.

(IstoÉ. Disponível e https://bit.ly/2kzSCQ9. Acesso em 07.09.2019. Adaptado)

Sobre esse acordo, é correto afirmar:

a) pelo MERCOSUL, assinaram o acordo o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela.

b) atualmente, a EFTA é formada pela Suécia, Noruega, Islândia e Áustria.

c) os países da EFTA também fazem parte da União Europeia.

d) o montante de negócios do MERCOSUL com a EFTA superará os valores dos negócios com a União Europeia.

e) pela EFTA, assinaram o acordo a Suíça, a Noruega, a Islândia e Liechtenstein.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. Desde agosto de 2017, a Venezuela está suspensa do Mercosul. A suspensão do bloco é política, afetando o direito do país de votar, de ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor. Sendo assim, a Venezuela não participou da assinatura do acordo.

b) Incorreto. O EFTA é formado por Noruega, Suíça, Liechtenstein e Islândia.

c) Incorreto. Nenhum país do EFTA faz parte da União Europeia. Entretanto, os quatro países fazem parte do Espaço Schengen, de livre circulação de pessoas no continente europeu.

d) Incorreto. O montante de negócios entre o Mercosul e a União Europeia apresenta valores muito superiores do que os valores de negócios entre o Mercosul e o EFTA. A corrente de comércio Mercosul-União Europeia foi de mais de US$ 90 bilhões em 2018. Por sua vez, o comércio entre o MERCOSUL e os países da EFTA é em média de 7 bilhões de dólares anuais, até 2019. Pelo fato de possuir muito mais membros dentro do seu bloco econômico, dentre os quais estão algumas das grandes economias do mundo, como Alemanha e França, o montante de negócios do Mercosul com a União Europeia não será superado pelos valores dos negócios com o EFTA.

e) Correto. Pela EFTA, assinaram o acordo a Suíça, a Noruega, a Islândia e Liechtenstein, os quatro países que compõem esse bloco econômico.

Gabarito: E

---

17. (VUNESP/ESEF–SP/2019 – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO) O governo do Equador anunciou, no domingo (13.10.2019) à noite, o fim de uma violenta crise de quase duas semanas, graças a um acordo com lideranças indígenas. Depois de mais de quatro horas de negociação, com a mediação da ONU e da Igreja Católica, as duas partes assumiram um compromisso que atende a exigência do movimento indígena.

(IstoÉ. Disponível em https://bit.ly/2ORxYb9. Acesso em 16.10.2019. Adaptado)

Os indígenas revoltaram-se porque

a) o Presidente Lenín Moreno mudou a capital de Quito para Guaiaquil.

b) Rafael Correa, ex-presidente do Equador, teve os seus direitos políticos cassados.

c) o Presidente Lenín Moreno assinou acordo comercial com a Venezuela de Nicolás Maduro.

d) um decreto presidencial liberou o preço do diesel e da gasolina, provocando alta de mais de 100%.

e) foi imposto um toque de recolher para impedir que o povo se manifestasse quanto à legitimidade do governo.

COMENTÁRIOS:

O principal motivo que desencadeou os protestos no Equador, liderados sobretudo pelo movimento indígena, foi o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, que existem há 40 anos no país, fazendo com que os preços dos combustíveis e de diversos outros produtos disparassem. O galão da gasolina aumentou mais de 20% e o galão do diesel mais que dobrou de preço.

Gabarito: D

---

18. (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA/2019) O Grupo de Lima decidiu, nesta sexta (03.05.19), convidar Cuba e o Grupo de Contato Internacional (GCI) para participar de maneira conjunta de uma solução para a crise política na Venezuela. A decisão ocorreu após uma reunião de emergência do bloco na sede do Ministério de Relações Exteriores do Peru.

(Folha de S.Paulo – https://bit.ly/2V1PicT – Acesso em 04.05.19. Adaptado)

O Grupo de Lima

a) recebe apoio de Trump e reúne todos os países americanos que defendem a saída de Maduro via apoio das Forças Armadas venezuelanas.

b) tem sido um foro no qual apareceram sugestões ou articulações na esfera militar para o retorno da democracia na Venezuela.

c) tem seguido a tendência de buscar saídas que passem por ajuda humanitária e sanções econômicas à Venezuela.

d) sustenta o grupo liderado por Juan Guaidó e defende a tomada de poder pela força, com a dissolução da Assembleia Constituinte pró-Maduro.

e) conta com o apoio da Rússia e da Turquia, países que, até o final de 2018, eram aliados incondicionais de Maduro.

COMENTÁRIOS:

O Grupo de Lima é um grupo diplomático criado em 2017, na capital do Peru, Lima, que reúne ministros das relações exteriores de 14 países para buscar formas de contribuir com a estabilização da Venezuela. Na ocasião, representantes de 12 países americanos (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru) firmaram o documento conhecido como Declaração de Lima, no qual o grupo definiu sua posição acerca da "situação crítica na Venezuela", condenando a existência de "presos políticos", a "falta de eleições livres" e a "ruptura da ordem democrática no país". Além disso, o grupo manifesta sua "preocupação com a crise humanitária" venezuelana.

Posteriormente, Guiana e Santa Lúcia se juntaram ao grupo. Os Estados Unidos, embora não integrem oficialmente o grupo, participam das reuniões.

a) **Incorreto**. O Grupo de Lima e os Estados Unidos concordam em muitos posicionamentos a respeito da Venezuela, mas não se trata propriamente de receber apoio. Possuem boas relações diplomáticas. Com exceção do México, todos os países do Grupo defendem a saída de Maduro, mas não pela via militar. Busca-se uma solução pacífica para a Venezuela.

b) **Incorreto**. O Grupo de Lima tem sido um foro no qual apareceram sugestões ou articulações para o retorno da democracia na Venezuela, mas não por meio da esfera militar.

c) **Correto**. O Grupo de Lima tem seguido a tendência de buscar saídas que passem por ajuda humanitária e sanções econômicas à Venezuela.

d) **Incorreto**. Com exceção do México, o Grupo de Lima se posiciona a favor de Juan Guaidó. Entretanto, o Grupo de Lima não busca a tomada de poder pela força.

e) **Incorreto**. Turquia e Rússia não apoiam o Grupo de Lima. Esses dois países apoiam o governo de Nicolás Maduro.

Gabarito: C

---

19. (VUNESP/TRANSERP/2019 – CONTADOR) Diante de uma manifestação gigantesca, que superou amplamente as expectativas da oposição, o presidente da Assembleia Nacional (AN), Juan Guaidó, declarou assumir "formalmente as competências do Executivo Nacional como presidente encarregado" do país. O jovem líder opositor, de apenas 35 anos, vinha sendo pressionado para tomar esta decisão, mas claramente esperou a reação popular desta quarta-feira para dar o passo que a maioria da oposição esperava.

(O Globo. 23.01.2019. Acessível em https://glo.bo/2Eeo5OZ. Adaptado)

A situação inédita no país coloca mais apreensão ao mundo em relação ao futuro da

a) Costa Rica.

b) Nicarágua.

c) Argentina.

d) Venezuela.

e) Colômbia.

COMENTÁRIOS:

Quem é o tal de Juan Guaidó, pessoal? Ele é o líder da oposição na Venezuela, que se autoproclamou como presidente interino e que busca tirar Nicolás Maduro do poder por considerá-lo um governante ilegítimo. Facílima essa questão.

Gabarito: D

20. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) O presidente afirmou nesta quarta-feira (23 de janeiro) que não deixará a presidência, culpou os EUA por "mais uma tentativa de golpe" e anunciou o rompimento das relações com os EUA. As declarações, feitas durante discurso de 58 minutos, ocorreram momentos depois que o líder opositor e presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, se autodeclarou presidente interino.

(UOL, 23 jan.19. Adaptado)

A notícia aborda a crise política

a) no Paraguai.

b) na Nicarágua.

c) na Guatemala.

d) na Colômbia.

e) na Venezuela.

COMENTÁRIOS:

A notícia aborda a crise política na Venezuela, um assunto que tem despencado nas provas de atualidades nos últimos anos. Creio que ninguém errou essa questão, que ainda trouxe como dica o nome de Juan Guaidó, líder da oposição ao governo de Nicolás Maduro. Juan Guaidó se autodeclarou presidente interino da Venezuela e conta com apoio dos Estados Unidos. Maduro acusa os EUA de uma tentativa de golpe para derrubar o seu governo.

Gabarito: E

(QUADRIX/CONRERP–SP/2019 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Em janeiro último, a Venezuela, que possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo e vive uma crise econômica, política e social, passou a ter dois líderes, que afirmavam possuir o poder político ao mesmo tempo.

A respeito do país mencionado no texto acima e de seus aspectos políticos e econômicos, julgue os itens a seguir.

21. Um momento de crucial importância para a crise atual foi a vitória de Nicolás Maduro nas eleições de 2018, em um processo que foi boicotado por boa parte da oposição.

COMENTÁRIOS:

Nicolas Maduro assumiu pela primeira vez como presidente da Venezuela, em 2013, sucedendo Hugo Chávez. Em maio de 2018, foi reeleito presidente, em eleições antecipadas, consideradas ilegítimas por segmentos da oposição e não reconhecidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e diversos países no mundo, inclusive o Brasil.

Grande parte da oposição boicotou a eleição por considerar o processo eleitoral ilegítimo e por ter sofrido restrições a sua livre participação por parte de instituições oficiais da Venezuela, alinhadas com o regime de Nicolás Maduro.

A abstenção foi recorde: cerca de 54% dos eleitores venezuelanos não foram votar.

Gabarito: Certo

---

22. Após o anúncio da reeleição de Maduro, os Estados Unidos anunciaram sanções contra importantes membros do governo e contra empresas venezuelanas.

COMENTÁRIOS:

Logo após o anúncio da reeleição de Maduro, em maio de 2018, os Estados Unidos anunciaram mais sanções à Venezuela. O presidente Donald Trump assinou uma ordem executiva proibindo cidadãos norte-americanos de participarem de negociações de títulos da dívida pública venezuelana e de outros ativos.

Gabarito: Certo

---

23. Juan Guaidó, até então presidente da Assembleia Nacional, se autoproclamou presidente em 23 de janeiro último, assumindo o compromisso de convocar novas eleições.

COMENTÁRIOS:

Em 23 de janeiro de 2019, o presidente da Assembleia Nacional, único poder que não é controlado pelo chavismo, Juan Guaidó se declarou presidente interino do país e assumiu os compromissos de estabelecer um governo de transição e de organizar eleições livres.

O país conta atualmente com dois presidentes (Maduro e Guaidó), dois parlamentos (Assembleia Nacional e Assembleia Constituinte) e duas supremas cortes (uma em Caracas e outra no exílio).

Gabarito: Certo

---

24. Maurício Macri, Iván Duque e Miguel Díaz-Canel, presidentes, respectivamente, da Argentina, da Colômbia e de Cuba, reconheceram imediatamente o novo governo venezuelano.

COMENTÁRIOS:

A Argentina e a Colômbia, membros do Grupo de Lima, não reconhecem o novo governo de Nicolás Maduro, reconhecem o autoproclamado Juan Guaidó como presidente. Cuba, presidida por Miguel Díaz-Canel, aliada de primeira hora do chavismo, reconhece o segundo governo de Nicolás Maduro.

Gabarito: Errado

(QUADRIX/CRF-ES/2019 – FARMACÊUTICO) Nordeste vira palco de guerra fria tecnológica entre Estados Unidos e China. Com o Brasil sob pressão para barrar investimentos chineses, país oriental estreita laços com a região.

Internet: <www1.folha.uol.com.br.>

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens a seguir.

25. A pressão a que o texto faz referência tem o intuito de barrar investimentos de empresas militares chinesas no Brasil, daí o uso da expressão "guerra fria".

COMENTÁRIOS:

A pressão que o texto fala se refere a investimentos tecnológicos chineses, no contexto da "guerra fria" tecnológica entre Estados Unidos e China. Não são investimentos de empresas militares chinesas no Brasil.

A "guerra fria" da atualidade ocorre entre China e Estados Unidos, no plano econômico e tecnológico, com grande destaque sobre a implementação e a expansão da tecnologia 5G.

Gabarito: E

---

26. Empresas chinesas de tecnologia, como a Huawei, têm se tornado grandes fornecedoras de serviços e equipamentos para órgãos de segurança do governo norte-americano, sem sanções.

COMENTÁRIOS:

Além de maior produtora mundial de equipamentos de telecomunicação, a empresa Huawei detém o maior número de patentes da tecnologia 5G, fundamental para o avanço da telefonia móvel e para a consequente evolução industrial.

No contexto da guerra tecnológica entre Estados Unidos e China, os EUA passaram a boicotar a Huawei. Sob acusação de representarem ameaça à segurança dos Estados Unidos, empresas chinesas como a Huawei a ZTE, entre outras, vêm sofrendo algum tipo de embargo por parte dos EUA. Assim, a Huawei não é uma fornecedora de serviços e equipamentos para órgãos de segurança do governo norte-americano.

Gabarito: E

---

27. (FCC/SABESP/2019) O Google, cujo sistema operacional Android está instalado na grande maioria dos smartphones do mundo, anunciou que cortou as relações com a Huawei. A decisão tem graves consequências para a empresa, que não poderá oferecer mais o Gmail ou Google Maps em novos aparelhos.

(Disponível em: https://g1.globo.com. Adaptado)

Um dos motivos para o corte no relacionamento entre o Google e a Huawei é

a) a proibição de negócios entre empresas dos Estados Unidos e a empresa chinesa, sob alegação de riscos para a segurança nacional.

b) a permissão para que outros sistemas operacionais funcionem em smartphones da Huawei, incentivando, com isso, o livre mercado.

c) a legalização de smartphones produzidos por pequenos produtores nos Estados Unidos incentivando, com isso, a indústria nacional.

d) o protecionismo nacional incentivado por Donald Trump, que pretende frear a expansão de empresas europeias nos Estados Unidos.

e) a desativação do sistema Android, que gradativamente será substituído por um sistema operacional criado pelo governo de Donald Trump.

COMENTÁRIOS:

A Huawei é uma grande empresa chinesa, maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta e fornecedora de serviço 5G.

Em meio ao cenário da guerra comercial que travam China e Estados Unidos, a Huawei foi acusada pelo governo dos Estados Unidos de roubar propriedade intelectual de empresas norte-americanas; de vender produtos com tecnologia norte-americana a países que sofrem embargo (como Irã e Coreia do Norte); e, também, que a Huawei colabora com governo chinês para espionar outros países, colocando em risco a sua segurança nacional. Com isso, o governo norte-americano proibiu negócios entre empresas dos Estados Unidos e a empresa chinesa. Por isso, a Google, uma empresa norte-americana, cortou relações com a Huawei.

Como podemos ver, além da guerra comercial que se desenrola entre os dois países, está em jogo também uma guerra tecnológica. O domínio da tecnologia da 5G permitirá que as tecnologias se conectem de uma forma nunca vista antes, com um tempo de latência mínimo. O país que conseguir antes dominar plenamente a tecnologia 5G obterá, por meio dele, um grande crescimento tecnológico e econômico, aumentando seu poder geopolítico.

Gabarito: A

---

28. (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA/2019) Meng Wanzhou, chefe de operações financeiras da Huawei, gigante chinesa de telecomunicações, foi presa em Vancouver, no Canadá, e deve ser extraditada para os Estados Unidos. Os detalhes da prisão, efetuada em 1° de dezembro de 2018, não foram divulgados, mas a empresa chinesa virou alvo de desconfiança em vários países do mundo.

(BBC – https://bbc.in/2RF5KyG – Acesso em 29.04.19. Adaptado)

Com relação à gigante chinesa Hauwei, foram levantadas suspeitas de que

a) a empresa seria a grande fornecedora de equipamentos utilizados pela Coreia do Norte para produzir mísseis de médio alcance.

b) os acordos comerciais e financeiros que ela desenvolve com ditaduras africanas a tornariam hostil às nações democráticas.

c) a tecnologia utilizada na produção dos equipamentos 5G é resultado de espionagem industrial contra o Reino Unido.

d) seus equipamentos seriam usados pelo governo da China para espionar as pessoas e instituições ao redor do mundo.

e) a empresa teria fraudado os estudos que mostram que a matéria-prima utilizada na produção de seus equipamentos é cancerígena.

COMENTÁRIOS:

A empresa chinesa Huawei é a maior fornecedora de sistemas 5G na atualidade e também a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta. Em meio ao cenário de guerra comercial, os Estados Unidos, que não possuem uma grande empresa no setor 5G, acusam a empresa chinesa de roubar propriedade intelectual de empresas norte-americanas, de vender produtos com tecnologia norte-americana a países que sofrem com embargo norte-americano (como o Irã e a Coreia do Norte), e também alegam que a Huawei colabora com o governo chinês para espionar os outros países.

Frente a tais acusações, o governo norte-americano abriu uma ação contra a Huawei e a executiva Meng Wangzhou, filha do fundador da empresa, ficou 11 dias presa no Canadá em dezembro de 2018.

Gabarito: D

---

29. (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI/2019 – DIVERSOS CARGOS) "Este é o melhor acordo possível." A premiê britânica, Theresa May, tem repetido há semanas essa frase na tentativa de convencer o Parlamento de seu país a aprovar o acordo que ela negociou com a União Europeia, estabelecendo os termos do Brexit - o processo de saída do Reino Unido do bloco. Mas, na segunda-feira [17.dez], a premiê adiou indefinidamente a votação do acordo no Parlamento, reconhecendo que ele seria rejeitado pela maioria dos parlamentares britânicos

(G1. https://glo.bo/2FTOmUF. Acesso em 24.jan.2019. Adaptado)

Tem sido considerado como o ponto mais delicado do acordo para viabilizar o Brexit

a) o retorno imediato dos cidadãos europeus que vivem no Reino Unido para os seus países de origem, fato que provocaria forte déficit de mão de obra no Reino Unido.

b) a rápida desvalorização da libra nos mercados europeu e mundial, fato que provocaria forte abalo econômico-financeiro para todo o Reino Unido.

c) o fechamento da fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a Irlanda, fato que retomaria antigas tensões entre norte-irlandeses e irlandeses.

d) a perda do prestígio político do Reino Unido frente à Europa, o que inviabilizaria a permanência do país na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

e) a obrigação do governo britânico em continuar recebendo grupos de refugiados do Oriente Médio e África mesmo após a saída do bloco econômico europeu.

COMENTÁRIOS:

Antes de comentar a questão, vale lembrar que Theresa May fracassou na aprovação do acordo do Brexit, no parlamento britânico, o que fez com que deixasse o cargo de primeira-ministra em 24 de julho de 2019. No seu lugar, assumiu, em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres, que conduziu a saída do Reino Unido da União Europeia em 31/01/2020.

a) **Incorreto**. Não há este tópico no acordo. É uma invenção do examinador. Ficou decidido que os cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para os britânicos que moram em países europeus). Para os que vierem a residir após o final do período de transição, não há uma definição de qual será a relação e os seus direitos. Isso terá que ser decidido no pós-Brexit.

b) **Incorreto**. Outra invenção do examinador. O acordo não fala nada em relação à moeda britânica, a libra esterlina. Contudo, alguns economistas temiam que a possibilidade de o Reino Unido deixar a União Europeia sem um acordo levasse a uma forte desvalorização da libra esterlina em relação ao euro. Esse temor não se concretizou, pois o país deixou o bloco europeu de forma negociada e acordada.

c) **Correto**. Esse foi o ponto mais delicado e que mais gerou polêmica no parlamento britânico. A fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (um país independente, membro da União Europeia) é a única ligação terrestre entre a Europa e o Reino Unido. Havia uma preocupação em não instituir um controle rígido na fronteira, em função de Acordo de Belfast, de 1988. Durante e após o período de transição, a livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira, o que foi motivo de grande divergência entre os defensores do Brexit. Para esses, haverá duas realidades no Reino Unido, uma em que haverá o controle fronteiriço com o bloco europeu – Inglaterra, Escócia e País de Gales com a União Europeia – e outra em que o controle fronteiriço será flexível – entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda (membro da União Europeia). Ou seja, entre a Irlanda do Norte e a União Europeia continuará tendo a livre circulação de mercadorias e pessoas, o que, para os defensores do Brexit, pode significar uma ameaça à integridade territorial do Reino Unido.

d) **Incorreto**. É provável que ocorra uma perda do prestígio político do Reino Unido frente à Europa, afinal, o país não faz mais parte da União Europeia. Contudo, se isso ocorrer, não vai inviabilizar a sua permanência na OTAN. O Reino Unido é um dos principais participantes da organização e continuará membro dela.

e) **Incorreto**. Invenção do examinador. Nada a ver com o acordo do Brexit.

Gabarito: C

---

30. (CEBRASPE/PGE PE/2019 – ASSISTENTE DE PROCURADORIA) Uma questão preocupante para o governo britânico com relação à concretização do Brexit é a fronteira entre Irlanda do Norte e a República da Irlanda.

COMENTÁRIOS:

O Reino Unido saiu da União Europeia em 31/01/2020. O tema da fronteira entre as duas Irlandas foi o que mais gerou discordância dentro do Reino Unido durante o processo do Brexit.

Essa fronteira é a única ligação terrestre entre a União Europeia e o Reino Unido.

O Acordo de Belfast, 1988, pôs fim a décadas de luta armada do IRA pela independência da Irlanda do Norte do Reino Unido e a sua reanexação à Irlanda. Uma das medidas determinantes para o término do conflito foi o fim do controle da fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, permitindo a livre circulação de pessoas, o que propiciou uma maior integração entre os irlandeses da ilha. Atualmente, milhares de pessoas atravessam a fronteira irlandesa todos os dias, e bens e serviços passam entre as duas jurisdições sem restrições.

No acordo ficou decidido que não haverá uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte.

Gabarito: Certo

(QUADRIX/CREF-SE/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O G20 reconheceu, no dia 1.º de dezembro de 2018, que a Organização Mundial de Comércio (OMC) não consegue cumprir com seus objetivos atualmente e, por isso, defendeu, na declaração final aprovada na cúpula realizada desde ontem, em Buenos Aires, na Argentina, uma reforma para revitalizar o comércio mundial.

Internet: <https://noticias.uol.com.br> (com adaptações).

Tendo a reunião do G20, mencionada no texto acima, apenas como referência inicial, julgue o item.

31. Não obstante a divergência ideológica entre Donald Trump e o regime chinês, as relações comerciais entre os dois países vivem momento excepcional, sem quaisquer restrições ao livre comércio.

COMENTÁRIOS:

Estados Unidos e China travam, atualmente, uma guerra comercial, com restrições ao livre comércio. As relações comerciais entre os dois países passam por um período de forte tensionamento.

Gabarito: Errado

---

32. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O processo complicado chamado de Brexit teve início em junho de 2016, cujos desdobramentos continuaram em 2017 e 2018, prossegue em 2019 com muitas polêmicas entre as partes atingidas. Sobre o Brexit é correto afirmar que

a) em um referendo, mais da metade dos britânicos decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia; após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.

b) o movimento de saída do Reino Unido da União Europeia está relacionado ao fato de o país ter sido impedido de utilizar o euro como moeda oficial; a negativa tem sido apontada como fator dificultador para ampliar as exportações britânicas.

c) a saída do Reino Unido da União Europeia tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico, pois vários países, como a Alemanha e a França, têm referendos programados para decidir o caminho a seguir no próximo ano.

d) a recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, abalando, inclusive, a liderança da Família Real, que teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.

e) o principal motivo da saída do Reino Unido do bloco econômico europeu está relacionado à forte pressão dos britânicos no sentido de barrar a chegada de imigrantes africanos e asiáticos, considerados pouco preparados para o mercado de trabalho britânico.

COMENTÁRIOS:

a) **Correto**. Uma imprecisão do examinador, foi por meio de um plebiscito que os britânicos escolheram decidiram saída do Reino Unido da União Europeia. Após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.

b) **Incorreto**. O Brexit não tem relação com o país ter sido impedido de utilizar o Euro como moeda oficial. O Reino Unido não utiliza o Euro por uma escolha própria, não por uma imposição da União Europeia. Sua moeda é a libra esterlina.

c) **Incorreto**. A saída do Reino Unido da União Europeia não tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico. Não há nenhum plebiscito ou referendo marcado em nenhum outro país do bloco para decidirem sobre a continuidade ou não na União Europeia.

d) **Incorreto**. A recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, é verdade. Entretanto, não abalou a liderança da Família Real. A Família Real não teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.

e) **Incorreto**. É uma invenção do examinador. Em maior ou menor escala, a grande maioria dos países da União Europeia são bastante resistentes a entrada no bloco europeu e nos seus países de imigrantes africanos e asiáticos.

Gabarito: A

(CEBRASPE/FUB/2018 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR) Acerca de temas diversos da atualidade, julgue os próximos itens.

33. A parceria de países da América Latina com a China faz parte da geopolítica de aumento da influência desse país asiático no cenário internacional.

COMENTÁRIOS:

Por ser a segunda maior economia do mundo, atrás somente dos EUA, a China é, atualmente, um grande ator no cenário geopolítico mundial. Mas, para além das questões econômicas, a China quer se firmar como uma liderança global, capaz de não apenas ser uma potência regional, mas de ameaçar a hegemonia mundial dos EUA.

Historicamente, os Estados Unidos sempre possuíram uma forte influência no cenário político e econômico da América Latina. Por isso, no século XXI, a China tem buscado expandir a sua área de influência na América

Latina, por meio de projetos de financiamento, aquisição de matérias-primas e obras de infraestrutura na região. A China aplica essa mesma política na África e na Ásia.

Gabarito: Certo

---

34. (VUNESP/DAEM-SP/2018 - AUXILIAR DE ESCRITA) A União Europeia irá à Organização Mundial do Comércio (OMC) impor suas próprias medidas se Washington seguir em frente com sua decisão, disse a comissária de Comércio da UE nesta sexta-feira (9 de março).

(G1, 09.03.2018. Adaptado)

A decisão dos EUA a que a notícia se refere está relacionada

a) às barreiras impostas aos produtos agrícolas importados.

b) aos robustos incentivos dados à produção industrial.

c) às novas tarifas de importação do aço e do alumínio.

d) à taxação do algodão e do tabaco de origem europeia.

e) às medidas protecionistas adotadas no setor de tecnologia.

COMENTÁRIOS:

Em março de 2018, o presidente norte-americano Donald Trump anunciou sobretaxas de importação para o aço e o alumínio, 25 e 10 por cento, respectivamente. Em resposta, a União Europeia anunciou que ingressaria com uma reclamação formal e resolução de controvérsia contra os EUA na OMC, em 90 dias, se não fosse isenta das taxas. O bloco europeu entendeu que as sobretaxas violavam regras da Organização Mundial do Comércio, da qual ambos fazem parte.

Gabarito: C

---

35. (FCC/PM AP/2017 – SOLDADO) Em 21 de julho, o presidente Michel Temer participou de reunião com presidentes de outros países sul-americanos, em Mendoza, na Argentina. Entre os temas discutidos na reunião estava a atual situação da Venezuela. O encontro marcou a entrada do Brasil na presidência temporária do bloco pelos próximos seis meses.

(Adaptado de: goo.gl. Acessado em 21/07/2017)

O bloco mencionado na notícia é

a) o Nafta.

b) o Mercosul.

c) a União Europeia.

d) a Unasul.

e) a Comunidade do Pacífico.

COMENTÁRIOS:

O Brasil não era membro do Nafta nem da União Europeia. A Comunidade do Pacífico é uma entidade que congrega países e territórios situados no Oceano Pacífico. A Unasul não é um bloco econômico, mas uma entidade que congrega os países da América do Sul. Por exclusão, a resposta é o Mercosul. O bloco possui uma presidência rotativa. Por ordem alfabética, a cada seis meses um Estado-parte assume a presidência do bloco.

Gabarito: B

LISTA DE QUESTÕES

1. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) "Brexit" é a junção das palavras em inglês "British" e "exit" e significa "saída britânica". O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia (UE). A defesa do Brexit inclui argumentos que apontam que a saída do Reino Unido do bloco é positiva porque irá, por exemplo:

I. restringir a entrada de imigrantes no país;

II. aumentar os recursos públicos disponíveis exclusivamente para os britânicos, com o fim dos valores repassados ao EU;

III. reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados;

IV. melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países.

(G1, 13/12/2019. Disponível em: < http:// https://glo.bo/2Sr7kWz>. Adaptado)

São argumentos favoráveis ao Brexit:

(A) I e IV, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) I, II e IV.

(E) I, II, III, IV.

2. (IBADE/IDAF-AC/2020 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO) O plano foi visto como uma ameaça às liberdades individuais no território autônomo e acabou revogado. O movimento passou a englobar outas demandas do povo, que vê interferência crescente do regime chinês e também pede a responsabilização de agentes que atacaram manifestantes durante os atos, os maiores ocorridos ali desde 1997.

(Folha, 02/11/2019. Disponível em: http://bit.ly/39iWbxM>. Adaptado)

A notícia trata das manifestações ocorridas em Hong Kong no segundo semestre de 2019, sobre estes episódios é correto afirmar que:

(A) as manifestações começaram com o aumento da tarifa do transporte público.

(B) a revolta começou após sucessivos escândalos de corrupção e cortes no fornecimento de combustível.

(C) os atos de protesto começaram a partir da imposição de restrições à propriedade privada.

(D) a revolta começou após o anúncio de um projeto de lei que facilitaria a extradição de suspeitos para serem julgados na China continental.

(E) os protestos começam após a China apresentar um projeto de lei que sobretaxaria os produtos de Hong Kong.

3. (VUNESP/PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ/2020 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) No dia 19 de outubro, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu de maneira considerável as previsões de crescimento da economia mundial, passando a projetar um crescimento de 2,9% em 2019 e 3% em 2020, após uma expansão de 3,6% em 2018.

(G1. https://glo.bo/2PnJ0ng. Acesso em 02.dez.2019. Publicado em 01.10.2019. Adaptado)

Entre os motivos apontados para a redução das projeções, é possível destacar

a) as tensões comerciais e a desaceleração da economia global.

b) os conflitos entre países do Oriente Médio.

c) a instabilidade monetária dos países emergentes.

d) a escalada de governos autoritários na Ásia e na África.

e) a elevação dos preços dos combustíveis: carvão e petróleo.

(QUADRIX/CRMV-AM/2020 – FISCAL) Evo Morales e Sebastian Piñera têm pouco em comum. O primeiro, mandatário da Bolívia até o último fim de semana, é um político esquerdista, de origem indígena, ex-agricultor de coca. O segundo, atual presidente do Chile, é um empresário branco, milionário e de centro-direita.

Internet: <www.bbc.com> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial e refletindo sobre a situação política da América do Sul, julgue os itens.

4. O segundo governante citado no texto vem promovendo um processo de enfraquecimento da democracia, cogitando a extensão do atual mandato e defendendo a possibilidade de reeleição.

5. Evo Morales não é mais o presidente da Bolívia, tendo deixado o governo após um processo de plebiscito, em que contou com o apoio de uma ínfima parte da população.

6. Primeiro presidente de origem indígena da Bolívia, Morales renunciou em novembro último, tendo recebido asilo político no México.

7. A razão pela qual o texto menciona, simultaneamente, Bolívia e Chile, é que, em ambos os países, houve grandes manifestações populares, questionando medidas dos governos, embora por razões diferentes.

8. O Equador vive momentos de turbulência política, em que seu presidente, Lenín Moreno, eleito com um discurso de extrema direita, tem sofrido pressões para renunciar.

9. (IBADE/IDAF–AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) A pauta cresceu, e os chilenos passaram a brigar contra a desigualdade social. Após os atos de vandalismo, o presidente Sebastián Piñera declarou estado de emergência e toque de recolher. Apesar da violência policial, o movimento reuniu mais de 1 milhão de pessoas em Santiago, no dia 25 (25/10/2019). A revolta é a principal crise no país desde o fim da ditadura, em 1990.

(folha, 02/11/2019. disponível em: < http://bit.ly/39iwbxm>. adaptado)

É correto afirmar que as manifestações no Chile tiveram sua origem:

a) com o aumento nas tarifas de transporte público.

b) com pedido de renúncia do presidente Sebastián Piñera.

c) com a descoberta de fraude nas eleições.

d) com a decisão do presidente de extinguir os subsídios sobre o petróleo.

e) com o aumento do preço do trigo.

10. (VUNESP/PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ/2020 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Em 7 de outubro, o presidente do Chile afirmou em um programa de TV nacional que "em meio a uma América Latina convulsionada, o país é um verdadeiro oásis, com uma democracia estável". Em menos de 15 dias, o diagnóstico era o oposto: "Estamos em guerra contra um inimigo poderoso, implacável, que não respeita nada nem ninguém e está disposto a usar a violência e delinquência sem nenhum limite", disse o presidente em 20 de outubro à frente de uma república em estado de emergência e com toque de recolher decretado em grande parte do país.

(UOL. https://bit.ly/2DYImXO. Acesso em 04.dez.2019. Publicado em 25.out.2019. Adaptado)

A crise no Chile

a) foi debelada após a queda do presidente, que fugiu para a Colômbia, e a instalação de um governo provisório até as eleições em 2020.

b) abalou as relações comerciais e diplomáticas do Chile com os Estados Unidos, o mais importante aliado das políticas liberais do governo chileno.

c) teve curta duração devido ao apoio imediato dos países vizinhos que fecharam as fronteiras para evitar a entrada de armas e munições para os manifestantes.

d) foi o estopim para a queda de outros governos sul-americanos, como os da Bolívia e do Uruguai, que também apresentavam forte descontentamento da população.

e) teve início com o aumento do preço dos transportes urbanos e se acentuou com os protestos contra as desigualdades sociais no conjunto da sociedade.

11. (INSTITUTO ANIMA/FUJAMA/2020 – ENGENHEIRO FLORESTAL) Um país da parte central da América do Sul presenciou a renúncia de seu presidente em novembro de 2019. Além do presidente, Evo Morales, o vice-presidente, Álvaro García Linera, outros dois na linha de sucessão renunciaram: Adriana Salvatierra, a presidente do Senado, e Víctor Borda, presidente da Câmara de Deputados. A renúncia se deu após uma escalada nas tensões neste país, devido a vários fatores, dentre eles a acusação de fraude nas eleições (realizadas pouco tempo antes). Em qual país aconteceu o fato citado no texto?

a) Paraguai.

b) Colômbia.

c) Equador.

d) Peru.

e) Bolívia.

12. (QUADRIX/CRN 9/2019 – AUXILIAR OPERACIONAL) A União Europeia é o segundo maior comprador do agronegócio brasileiro, tendo sido o destino de 17,6% das exportações do setor neste ano, que geraram US$ 9,9 bilhões até julho, ficando atrás apenas da China.

Internet: <https://g1.globo.com> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue o item.

Em junho último, o Brasil assinou um tratado de livre comércio com a União Europeia, com vigência total e imediata, que permitiu a isenção de tarifas de produtos agrícolas destinados à Europa.

13. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETA-SP/2019 – ENGENHEIRO CIVIL) Atendendo a uma demanda dos manifestantes que ocupam as ruas de Hong Kong desde junho, a chefe do Executivo local, Carrie Lam, anunciou, nesta quarta-feira (04.09), o cancelamento do projeto de lei que deu origem aos protestos na região administrativa especial chinesa. O aceno de Lam, entretanto, não deverá ser suficiente para satisfazer os opositores, que mantêm outras quatro reivindicações.

(O Globo, 04.09.2019. Disponível em <https://tinyurl.com/y52tsle2>. Acesso em: 28.09.2019. Adaptado)

O tema do projeto de lei cancelado e uma nova reivindicação dos manifestantes são, correta e respectivamente,

a) o controle do Banco de Pequim sobre a região e a adoção de uma moeda diferente do yuan chinês.

b) a adoção de tarifas protecionistas pela China e um acordo com os EUA para encerrar a guerra comercial.

c) a extradição para a China continental e a democratização por meio de eleições diretas na região.

d) a limitação do acesso à internet e uma política de estímulo ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho.

e) a representatividade no Partido Comunista e a plena autonomia da região frente à China continental.

14. (FUNDATEC/PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS/2019 – CIRURGIÃO DENTISTA) Entre os países citados abaixo, qual NÃO faz parte da União Europeia?

a) Bélgica.

b) Finlândia.

c) Rússia.

d) Lituânia.

e) Suécia.

15. (FUNDATEC/PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS/2019 – CIRURGIÃO DENTISTA) No Mercosul, além dos países membros e dos países associados, dois países possuem o status de "observadores", são eles:

a) Estados Unidos e Canadá.

b) Nova Zelândia e México.

c) Panamá e Suriname.

d) Equador e Honduras.

e) Coreia do Sul e Japão.

16. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETÁ-SP/2019 – ESCRITURÁRIO) O MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA, na sigla em inglês) fecharam ontem (23.08.2019), em Buenos Aires, um acordo de livre-comércio. Integrantes da equipe econômica consideraram esse acordo mais abrangente e ambicioso do que o firmado com a União Europeia no fim de junho.

(IstoÉ. Disponível e https://bit.ly/2kzSCQ9. Acesso em 07.09.2019. Adaptado)

Sobre esse acordo, é correto afirmar:

a) pelo MERCOSUL, assinaram o acordo o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela.

b) atualmente, a EFTA é formada pela Suécia, Noruega, Islândia e Áustria.

c) os países da EFTA também fazem parte da União Europeia.

d) o montante de negócios do MERCOSUL com a EFTA superará os valores dos negócios com a União Europeia.

e) pela EFTA, assinaram o acordo a Suíça, a Noruega, a Islândia e Liechtenstein.

17. (VUNESP/ESEF–SP/2019 – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO) O governo do Equador anunciou, no domingo (13.10.2019) à noite, o fim de uma violenta crise de quase duas semanas, graças a um acordo com lideranças indígenas. Depois de mais de quatro horas de negociação, com a mediação da ONU e da Igreja Católica, as duas partes assumiram um compromisso que atende a exigência do movimento indígena.

(IstoÉ. Disponível em https://bit.ly/2ORxYb9. Acesso em 16.10.2019. Adaptado)

Os indígenas revoltaram-se porque

a) o Presidente Lenín Moreno mudou a capital de Quito para Guaiaquil.

b) Rafael Correa, ex-presidente do Equador, teve os seus direitos políticos cassados.

c) o Presidente Lenín Moreno assinou acordo comercial com a Venezuela de Nicolás Maduro.

d) um decreto presidencial liberou o preço do diesel e da gasolina, provocando alta de mais de 100%.

e) foi imposto um toque de recolher para impedir que o povo se manifestasse quanto à legitimidade do governo.

18. (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA/2019) O Grupo de Lima decidiu, nesta sexta (03.05.19), convidar Cuba e o Grupo de Contato Internacional (GCI) para participar de maneira conjunta de uma solução para a crise política na Venezuela. A decisão ocorreu após uma reunião de emergência do bloco na sede do Ministério de Relações Exteriores do Peru.

(Folha de S.Paulo – https://bit.ly/2V1PicT – Acesso em 04.05.19. Adaptado)

O Grupo de Lima

a) recebe apoio de Trump e reúne todos os países americanos que defendem a saída de Maduro via apoio das Forças Armadas venezuelanas.

b) tem sido um foro no qual apareceram sugestões ou articulações na esfera militar para o retorno da democracia na Venezuela.

c) tem seguido a tendência de buscar saídas que passem por ajuda humanitária e sanções econômicas à Venezuela.

d) sustenta o grupo liderado por Juan Guaidó e defende a tomada de poder pela força, com a dissolução da Assembleia Constituinte pró-Maduro.

e) conta com o apoio da Rússia e da Turquia, países que, até o final de 2018, eram aliados incondicionais de Maduro.

19. (VUNESP/TRANSERP/2019 – CONTADOR) Diante de uma manifestação gigantesca, que superou amplamente as expectativas da oposição, o presidente da Assembleia Nacional (AN), Juan Guaidó, declarou assumir "formalmente as competências do Executivo Nacional como presidente encarregado" do país. O jovem líder opositor, de apenas 35 anos, vinha sendo pressionado para tomar esta decisão, mas claramente esperou a reação popular desta quarta-feira para dar o passo que a maioria da oposição esperava.

(O Globo. 23.01.2019. Acessível em https://glo.bo/2Eeo5OZ. Adaptado)

A situação inédita no país coloca mais apreensão ao mundo em relação ao futuro da

a) Costa Rica.

b) Nicarágua.

c) Argentina.

d) Venezuela.

e) Colômbia.

20. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) O presidente afirmou nesta quarta-feira (23 de janeiro) que não deixará a presidência, culpou os EUA por "mais uma tentativa de golpe" e anunciou o rompimento das relações com os EUA. As declarações, feitas durante discurso de 58 minutos, ocorreram momentos depois que o líder opositor e presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, se autodeclarou presidente interino.

(UOL, 23 jan.19. Adaptado)

A notícia aborda a crise política

a) no Paraguai.

b) na Nicarágua.

c) na Guatemala.

d) na Colômbia.

e) na Venezuela.

(QUADRIX/CONRERP–SP/2019 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Em janeiro último, a Venezuela, que possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo e vive uma crise econômica, política e social, passou a ter dois líderes, que afirmavam possuir o poder político ao mesmo tempo.

A respeito do país mencionado no texto acima e de seus aspectos políticos e econômicos, julgue os itens a seguir.

21. Um momento de crucial importância para a crise atual foi a vitória de Nicolás Maduro nas eleições de 2018, em um processo que foi boicotado por boa parte da oposição.

22. Após o anúncio da reeleição de Maduro, os Estados Unidos anunciaram sanções contra importantes membros do governo e contra empresas venezuelanas.

23. Juan Guaidó, até então presidente da Assembleia Nacional, se autoproclamou presidente em 23 de janeiro último, assumindo o compromisso de convocar novas eleições.

24. Maurício Macri, Iván Duque e Miguel Díaz-Canel, presidentes, respectivamente, da Argentina, da Colômbia e de Cuba, reconheceram imediatamente o novo governo venezuelano.

(QUADRIX/CRF-ES/2019 – FARMACÊUTICO) Nordeste vira palco de guerra fria tecnológica entre Estados Unidos e China. Com o Brasil sob pressão para barrar investimentos chineses, país oriental estreita laços com a região.

Internet: <www1.folha.uol.com.br.>

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens a seguir.

25. A pressão a que o texto faz referência tem o intuito de barrar investimentos de empresas militares chinesas no Brasil, daí o uso da expressão "guerra fria".

26. Empresas chinesas de tecnologia, como a Huawei, têm se tornado grandes fornecedoras de serviços e equipamentos para órgãos de segurança do governo norte-americano, sem sanções.

27. (FCC/SABESP/2019) O Google, cujo sistema operacional Android está instalado na grande maioria dos smartphones do mundo, anunciou que cortou as relações com a Huawei. A decisão tem graves consequências para a empresa, que não poderá oferecer mais o Gmail ou Google Maps em novos aparelhos.

(Disponível em: https://g1.globo.com. Adaptado)

Um dos motivos para o corte no relacionamento entre o Google e a Huawei é

a) a proibição de negócios entre empresas dos Estados Unidos e a empresa chinesa, sob alegação de riscos para a segurança nacional.

b) a permissão para que outros sistemas operacionais funcionem em smartphones da Huawei, incentivando, com isso, o livre mercado.

c) a legalização de smartphones produzidos por pequenos produtores nos Estados Unidos incentivando, com isso, a indústria nacional.

d) o protecionismo nacional incentivado por Donald Trump, que pretende frear a expansão de empresas europeias nos Estados Unidos.

e) a desativação do sistema Android, que gradativamente será substituído por um sistema operacional criado pelo governo de Donald Trump.

28. (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA/2019) Meng Wanzhou, chefe de operações financeiras da Huawei, gigante chinesa de telecomunicações, foi presa em Vancouver, no Canadá, e deve ser extraditada para os Estados Unidos. Os detalhes da prisão, efetuada em 1° de dezembro de 2018, não foram divulgados, mas a empresa chinesa virou alvo de desconfiança em vários países do mundo.

(BBC – https://bbc.in/2RF5KyG – Acesso em 29.04.19. Adaptado)

Com relação à gigante chinesa Hauwei, foram levantadas suspeitas de que

a) a empresa seria a grande fornecedora de equipamentos utilizados pela Coreia do Norte para produzir mísseis de médio alcance.

b) os acordos comerciais e financeiros que ela desenvolve com ditaduras africanas a tornariam hostil às nações democráticas.

c) a tecnologia utilizada na produção dos equipamentos 5G é resultado de espionagem industrial contra o Reino Unido.

d) seus equipamentos seriam usados pelo governo da China para espionar as pessoas e instituições ao redor do mundo.

e) a empresa teria fraudado os estudos que mostram que a matéria-prima utilizada na produção de seus equipamentos é cancerígena.

29. (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI/2019 – DIVERSOS CARGOS) "Este é o melhor acordo possível." A premiê britânica, Theresa May, tem repetido há semanas essa frase na tentativa de convencer o Parlamento de seu país a aprovar o acordo que ela negociou com a União Europeia, estabelecendo os termos do Brexit - o processo de saída do Reino Unido do bloco. Mas, na segunda-feira [17.dez], a premiê adiou indefinidamente a votação do acordo no Parlamento, reconhecendo que ele seria rejeitado pela maioria dos parlamentares britânicos

(G1. https://glo.bo/2FTOmUF. Acesso em 24.jan.2019. Adaptado)

Tem sido considerado como o ponto mais delicado do acordo para viabilizar o Brexit

a) o retorno imediato dos cidadãos europeus que vivem no Reino Unido para os seus países de origem, fato que provocaria forte déficit de mão de obra no Reino Unido.

b) a rápida desvalorização da libra nos mercados europeu e mundial, fato que provocaria forte abalo econômico-financeiro para todo o Reino Unido.

c) o fechamento da fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a Irlanda, fato que retomaria antigas tensões entre norte-irlandeses e irlandeses.

d) a perda do prestígio político do Reino Unido frente à Europa, o que inviabilizaria a permanência do país na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

e) a obrigação do governo britânico em continuar recebendo grupos de refugiados do Oriente Médio e África mesmo após a saída do bloco econômico europeu.

30. (CEBRASPE/PGE PE/2019 – ASSISTENTE DE PROCURADORIA) Uma questão preocupante para o governo britânico com relação à concretização do Brexit é a fronteira entre Irlanda do Norte e a República da Irlanda.

(QUADRIX/CREF-SE/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O G20 reconheceu, no dia 1.º de dezembro de 2018, que a Organização Mundial de Comércio (OMC) não consegue cumprir com seus objetivos atualmente e, por isso, defendeu, na declaração final aprovada na cúpula realizada desde ontem, em Buenos Aires, na Argentina, uma reforma para revitalizar o comércio mundial.

Internet: <https://noticias.uol.com.br> (com adaptações).

Tendo a reunião do G20, mencionada no texto acima, apenas como referência inicial, julgue o item.

31. Não obstante a divergência ideológica entre Donald Trump e o regime chinês, as relações comerciais entre os dois países vivem momento excepcional, sem quaisquer restrições ao livre comércio.

32. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O processo complicado chamado de Brexit teve início em junho de 2016, cujos desdobramentos continuaram em 2017 e 2018, prossegue em 2019 com muitas polêmicas entre as partes atingidas. Sobre o Brexit é correto afirmar que

a) em um referendo, mais da metade dos britânicos decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia; após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.

b) o movimento de saída do Reino Unido da União Europeia está relacionado ao fato de o país ter sido impedido de utilizar o euro como moeda oficial; a negativa tem sido apontada como fator dificultador para ampliar as exportações britânicas.

c) a saída do Reino Unido da União Europeia tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico, pois vários países, como a Alemanha e a França, têm referendos programados para decidir o caminho a seguir no próximo ano.

d) a recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, abalando, inclusive, a liderança da Família Real, que teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.

e) o principal motivo da saída do Reino Unido do bloco econômico europeu está relacionado à forte pressão dos britânicos no sentido de barrar a chegada de imigrantes africanos e asiáticos, considerados pouco preparados para o mercado de trabalho britânico.

(CEBRASPE/FUB/2018 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR) Acerca de temas diversos da atualidade, julgue os próximos itens.

33. A parceria de países da América Latina com a China faz parte da geopolítica de aumento da influência desse país asiático no cenário internacional.

34. (VUNESP/DAEM-SP/2018 - AUXILIAR DE ESCRITA) A União Europeia irá à Organização Mundial do Comércio (OMC) impor suas próprias medidas se Washington seguir em frente com sua decisão, disse a comissária de Comércio da UE nesta sexta-feira (9 de março).

(G1, 09.03.2018. Adaptado)

A decisão dos EUA a que a notícia se refere está relacionada

a) às barreiras impostas aos produtos agrícolas importados.

b) aos robustos incentivos dados à produção industrial.

c) às novas tarifas de importação do aço e do alumínio.

d) à taxação do algodão e do tabaco de origem europeia.

e) às medidas protecionistas adotadas no setor de tecnologia.

35. (FCC/PM AP/2017 – SOLDADO) Em 21 de julho, o presidente Michel Temer participou de reunião com presidentes de outros países sul-americanos, em Mendoza, na Argentina. Entre os temas discutidos na reunião estava a atual situação da Venezuela. O encontro marcou a entrada do Brasil na presidência temporária do bloco pelos próximos seis meses.

(Adaptado de: goo.gl. Acessado em 21/07/2017)

O bloco mencionado na notícia é

a) o Nafta.

b) o Mercosul.

c) a União Europeia.

d) a Unasul.

e) a Comunidade do Pacífico.

GABARITO



1. D
2. D
3. A
4. E
5. E
6. C
7. C
8. E
9. A
10. E
11. E
12. E
13. C
14. C
15. B
16. E
17. D
18. C
19. D
20. E
21. C
22. C
23. C
24. E
25. E
26. E
27. A
28. D
29. C
30. C
31. E
32. A
33. C
34. C
35. B

RESUMO

Blocos Econômicos

A globalização ampliou largamente a formação de blocos econômicos, que são organizações criadas por países para promover a integração econômica; o crescimento econômico e a competitividade internacional dos países-membros.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- Área de livre-comércio – Um grupo de países concorda em eliminar ou reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- União aduaneira – Além do livre comércio, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- Mercado comum – Caracteriza-se pela livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e pela adoção da tarifa externa comum.

- União econômica e monetária – É o estágio final de integração econômica entre países. Além da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e a tarifa externa comum, os países-membros adotam uma **moeda comum** e a mesma política de desenvolvimento.

União Europeia

Constitui-se em uma **união econômica e monetária**, com 27 países-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Checa, Romênia e Suécia.

O Euro, moeda comum, é adotado por 19 dos 27 países membros. Países que não adotam o euro: Bulgária, Croácia, Dinamarca, Hungria, Polônia, República Checa, Romênia e Suécia.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas.**

Espaço Schengen - zona de livre circulação de pessoas, onde os controles fronteiriços foram eliminados, exceto em circunstâncias excepcionais. Composto por 26 países e conta com 22 dos 27 membros da União Europeia (Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda não o integram), aos quais se somam outros quatro não membros (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, que criticam regulações e decisões tomadas pelo bloco que, para eles, enfraquece a soberania nacional dos seus países. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do

bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

Brexit

Abreviação das palavras "British" (britânico, em inglês) e "exit" (saída). Em plebiscito realizado no Reino Unido, em junho de 2016, **52% dos eleitores votaram por sair da União Europeia**, 48% votaram por permanecer.

Reino Unido é formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Ingressou na União Europeia em 1973, não é membro fundador. Não aderiu à moeda única.

Reino Unido e União Europeia negociaram um acordo de saída para que ela não ocorresse de forma unilateral. Saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu. Após dois adiamentos, três primeiros-ministros e votações de rejeição de acordos no parlamento, o país **saiu da União Europeia em 31 de janeiro de 2020, com acordo**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

Período de transição: Irá até **31 de dezembro de 2020**, quando as duas partes vão negociar vários pontos sobre o futuro das suas relações. Durante este período, o Reino Unido continuará participando e seguindo as regras do livre comércio e da união aduaneira.

Fatura de saída do Reino Unido que terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu.

Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unidos e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fronteira entre a República da Irlanda e a britânica Irlanda do Norte, a livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira. Com relação as mercadorias, a livre circulação será apenas para os produtos que tenham como destino o consumo no território no território das duas Irlandas.

Mercosul

Membros fundadores: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela ingressou no bloco em 2012 e atualmente encontra-se suspensa, com base na cláusula democrática, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma ruptura na ordem democrática do país e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

Estados associados: os demais países da América do Sul – Bolívia (em processo de adesão como Estado-Parte), Chile, Equador, Peru, Colômbia, Guiana e Suriname. Estados observadores: México e Nova Zelândia.

Assinou um acordo de livre comércio com a União Europeia, em junho de 2019, finalizando 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos. Também assinou, em agosto de 2019, acordo de livre comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

USMCA

O **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)** entrou em vigência em 01/07/2020 em substituição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Esse novo acordo é uma vitória de Donald Trump, pois traz termos mais favoráveis ao Estados Unidos, em relação ao NAFTA, que o presidente considerava que era prejudicial a economia norte-americana.

Além da mudança de nome, foram feitas alterações nas áreas de comércio digital, propriedade intelectual, medicamentos e setor automotivo. O USMCA **ficará em vigor por 16 anos**, a partir do início da sua vigência, sendo revisado a cada 6 anos e passível de prorrogação.

Guerra Comercial

Protecionismo é o **conjunto de ações para impedir ou restringir o fluxo de mercadorias e serviços estrangeiros de forma a proteger as empresas nacionais**.

O governo dos Estados Unidos elevou as taxas de importação de diversos produtos importados de outros países. O país mais afetado pelas medidas é a China, que reagiu e elevou as taxas de importação de produtos importados dos Estados Unidos. Donald Trump diz que as medidas são necessárias para proteger a economia norte-americana e por uma questão de segurança nacional.

Os Estados Unidos possuem um grande déficit comercial e o país com o qual têm o maior déficit é a China.

Os EUA acusam a China de suposto roubo de propriedade intelectual, manipulação cambial e de que o governo chinês subsidia a produção de bens de alta tecnologia.

A **disputa na qual os países utilizam estratégias para restringir a circulação de produtos ou serviços importados para atingir seus objetivos econômicos** dá-se o nome de **guerra comercial**.

Os dois países assinaram um acordo para aliviar a guerra comercial. Denominado de Fase 1, tem como ponto central a promessa da China de comprar mais US$ 200 bilhões em produtos dos EUA ao longo de dois anos para reduzir o déficit comercial bilateral. O documento assinado prevê que a China aumente a compra de produtos manufaturados, agrícolas, energia e serviços dos EUA.

Os Estados Unidos, no entanto, ainda vão manter tarifas de 25% sobre uma vasta gama de US$ 250 bilhões em bens e componentes industriais chineses usados pela manufatura norte-americana, até a segunda fase de um acordo comercial.

A batalha da 5G

O 5G é a evolução da atual rede de celulares de quarta geração (4G). Essa tecnologia tem três principais características: uma grande largura de banda, baixa latência e conexões amplas. A 5G possibilitará uma enorme ampliação da tendência mundial da “internet das coisas”.

A empresa chinesa Huawei é a maior fornecedora de sistemas 5G, a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta e a segunda maior vendedora de celulares, atrás apenas da sul-coreana Samsung.

Os Estados Unidos não possuem uma grande empresa no setor 5G e estão atrás de outros países na corrida de mercado desta fronteira tecnológica. Estão promovendo uma campanha de boicote à líder mundial, com diversas acusações contra a Huawei, que as nega.

A disputa entre Estados Unidos e China transcende o campo comercial. É a principal batalha pelo poder neste milênio – dentro e fora do mundo digital. O domínio na área das telecomunicações é essencial para o domínio político e econômico na atualidade.

China

A China é a segunda maior economia do mundo, atrás dos Estados Unidos. O país chegou a essa condição em poucas décadas, após as reformas econômicas implantadas na década de 70 do século passado. O modelo vigente é denominado de “socialismo de mercado”.

O país é um grande exportador de produtos industrializados e um grande importador de commodities. É um grande investidor em países de todos os continentes, criando uma relação de interdependência entre os países e a China.

A “Nova Rota da Seda” é o projeto mais ambicioso. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África.

O regime de governo é considerado uma **ditadura que reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos**.

O **Mar do Sul da China** é uma área de disputa de soberania entre os chineses e as Filipinas, Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan. A China vem impondo a sua soberania, inclusive com a construção de ilhas artificiais em Spratly e a instalação de plataformas para a exploração de petróleo na região.

Taiwan é considerada uma província rebelde que a China quer reintegrar ao país. Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de "um país, dois sistemas": o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia.

Hong Kong, localizada na costa sul da China, é uma **Região Administrativa Especial** do país. Um prolongado e grande ciclo de protestos se estendeu de fevereiro de 2019 a março de 2020, cessando em função da pandemia de Covid-19. A causa principal foi a tentativa do governo local de aprovar no legislativo um projeto de lei que permitiria a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental.

A proposição foi retirada de apreciação, mas outras pautas foram incluídas nos protestos: manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, a independência da justiça, o sufrágio universal em todas as eleições locais e a renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam.

Um novo ciclo de protestos foi desencadeado em maio de 2020, com a imposição pelo governo chinês de uma **nova lei de segurança nacional** para Hong Kong. A lei, já em vigor, visa "impedir, deter e reprimir qualquer ação que ameace de maneira grave a segurança nacional, como o separatismo, a subversão, a preparação ou a execução de atividades terroristas, assim como as atividades de forças estrangeiras que constituem uma interferência nos assuntos de Hong Kong".

América Latina

Argentina – A chapa peronista, do Partido Justicialista, venceu as eleições presidenciais de 2019 no primeiro turno. Alberto Fernández é o atual presidente, tendo como vice-presidente, Cristina Kirchner, que já presidiu o país.

A Argentina fechou 2018 e 2019 com crescimento negativo do PIB, em recessão econômica. O desemprego é elevado e a pobreza cresceu. O país teve que recorrer, em 2018, a um empréstimo de US$ 57 bilhões junto

ao FMI para fazer frente a compromissos financeiros. A pandemia de Covid-19 aprofundou a crise econômica no ano de 2020.

Uruguai – Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, de centro-direita foi eleito presidente no segundo turno das eleições, derrotando Daniel Martínez, da Frente Ampla, de esquerda. A posse ocorreu em 1º de março de 2020.

A vitória de Lacalle Pou encerra um período de 15 anos da Frente Ampla no governo Uruguai. O presidente eleito teve como principais bandeiras a segurança pública, prometendo reforçar a polícia e um maior enfrentamento da criminalidade, a modernização da educação e um enxugamento dos gastos públicos.

Bolívia – Evo Morales, primeiro indígena a chegar ao cargo de presidente, governou o país de 2006 a 2019. Foi eleito para o seu quarto mandato presidencial, no primeiro turno, nas eleições de outubro de 2019. A oposição contestou a apuração dos votos e o resultado final, com suspeita de fraude. Protestos se espalharam por várias cidades do país, com atos de violência, confrontos com a polícia e entre apoiadores de Evo e membros da oposição. A OEA realizou uma auditoria no processo eleitoral constatando fraude, orientando a realização de novas eleições e a destituição dos juízes do Tribunal Superior Eleitoral, o que foi acatado por Evo Morales.

Diante da continuidade das grandes manifestações, a pressão pela renúncia e a perda de apoio das forças policiais, do Exército e de setores do movimento operário Evo Morales renunciou à presidência do país e exilou-se no México e posteriormente foi para a Argentina, onde recebeu o status de refugiado. Toda a linha sucessória do ex-presidente também renunciou. Assumiu como presidente a senadora Jeanine Añez, que era a segunda vice-presidente do Senado.

Novas eleições presidenciais tinham sido marcadas para 3 de maio de 2020, mas foram adiadas em função da pandemia do coronavírus. Evo Morales foi proibido de participar da nova eleição.

Chile – O aumento das passagens do metrô da capital, Santiago, em outubro de 2019, foi o estopim para um grande ciclo de protestos que expressou a insatisfação de parte da população com a realidade socioeconômica do país.

Em resposta às reivindicações dos manifestantes, o presidente do país, Sebastian Piñera, e o Congresso anunciaram um pacote de medidas sociais, com o incremento às aposentadorias, a criação de um teto para os gastos com medicamentos, aumento do salário mínimo, redução nas tarifas de energia elétrica e redução da tarifa de transporte público para aposentados. Por fim, aprovou um acordo para convocar um plebiscito em abril de 2020 para decidir mudar ou não a Constituição. O plebiscito foi adiado para 25 de outubro de 2020, em função da pandemia global de Covid-19.

Equador – O país enfrentou, em outubro de 2019, onze dias de violentos protestos e estradas bloqueadas depois que o presidente Lenín Moreno anunciou o fim de um subsídio aos combustíveis fósseis que já durava 40 anos, causando um aumento de até 123% nos preços, parte de um pacote de ajustes para cumprir metas acertadas com o FMI. Em reação às primeiras manifestações, o governo decretou "estado de exceção" e, posteriormente, transferiu a sede do governo de Quito para a cidade costeira de Guayaquil. Mas as medidas não contiveram as manifestações. Os distúrbios deixaram sete mortos, centenas de feridos e de presos. No dia 14 de outubro, o presidente, após se reunir com lideranças indígenas, anunciou a revogação da medida que cortava o subsídio.

Peru – Os quatro últimos presidentes do país estão envolvidos em casos de corrupção relacionados à construtora brasileira Odebrecht, revelados pela Operação Lava Jato.

Pedro Pablo Kuczynski (PPK), também relacionado à casos de corrupção, renunciou às vésperas de uma segunda votação de impeachment. O vice-presidente Martín Vizcarra assumiu o governo e dissolveu o

Congresso após ter duas moções de confiança negadas pela casa. Esse mecanismo está previsto na Constituição do Peru.

Em resposta à medida de Vizcarra, o Congresso, mesmo suspenso, determinou, no mesmo dia da sua dissolução, a suspensão temporária do próprio presidente e nomeou para seu lugar a vice-presidente Mercedes Aráoz, que foi empossada e renunciou ao cargo no dia seguinte, 1º de outubro, pedindo novas eleições presidenciais. O presidente não aceitou a renúncia de Aráoz alegando que a sua destituição não era válida, pois o Congresso já estava dissolvido e continua no cargo. Novas eleições legislativas foram realizadas em 26 de janeiro de 2020.

Venezuela

Hugo Chávez governou o país de 1999 até sua morte, em 2013. Com a sua morte, Nicolás Maduro, seu sucessor, assumiu o poder. As tensões entre o governo e a oposição, que cresciam no final da Era Chávez, e a deterioração econômica do país acentuaram-se significativamente no mandato de Maduro.

O país enfrenta uma grave crise econômica, marcada pela **alta inflação, recessão e escassez de alimentos**, e uma crise política, decorrente, sobretudo, da guinada ao autoritarismo de Maduro.

A oposição culpa a corrupção e a má gestão do governo de Nicolás Maduro pela atual situação econômica e social do país. Para Maduro, boa parte da responsabilidade pela crise é da oposição, acusada de desestabilizar o país e cooptar empresários para reter seus produtos.

Maduro foi reeleito em 2018, em um processo eleitoral considerado ilegítimo e permeado de irregularidades, segundo opositores. Em 10 de janeiro de 2019, Maduro assumiu o seu segundo mandato, que deve durar até 2025. Esse mandato não tem o reconhecimento da Assembleia Nacional venezuelana e de diversos países, entre eles os EUA e o Canadá, e do Grupo de Lima. A Organização dos Estados Americanos (OEA) também não reconhece o governo de Maduro.

Em 2019, o presidente da Assembleia Nacional, único poder que não é controlado pelo chavismo, Juan Guaidó se declarou presidente interino do país e disse que tem como objetivo o estabelecimento de um governo de transição e da organização de eleições livres e democráticas.

Em torno de 60 países, cujos governos condenam o regime de Nicolás Maduro, reconheceram Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela.

A crise política, econômica e humanitária que atingiu a Venezuela fez com que sua população procurasse refúgio em nações vizinhas. Cerca de cinco milhões de venezuelanos já fugiram do país desde 2015. Os dois países que mais receberam refugiados venezuelanos foram Colômbia e Peru. A entrada de refugiados venezuelanos no Brasil resultou em uma crise migratória em Roraima, estado de poucos recursos localizado no norte do país.

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.